



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Controladoria-Geral do Estado
Controladoria Setorial-SEPLAG

Memorando.CGE/CSET_SEPLAG.nº 7/2024

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Para: Rodrigo Guerra Furtado

Subsecretário de Gestão e Finanças

C/c:

Luísa Cardoso Barreto

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Luis Otávio Milagres de Assis

Secretário-Adjunto

Sílvia Caroline Listgarten Dias

Chefe de Gabinete

Assunto: Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais nº 1.592.727 - UO 1501 - Exercício de 2023

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0003192/2024-59].

Senhor Subsecretário,

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN n.º 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), de 14 de dezembro de 2011, e art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 03, de 19 de dezembro de 2023, encaminho o **Relatório Simplificado dos Resultados de Auditoria e do Monitoramento das Contas Anuais nº 1.592.727 (84475815), referente ao exercício de 2023**, realizado pela Controladoria Setorial da Seplag, referente à Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), conforme Anexo I da Decisão Normativa.

Atenciosamente,

Ana Carolina de Aguiar Vicente

Auditora Interna
Controladora Setorial - Seplag



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina de Aguiar Vicente, Auditor(a)**, em 20/03/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84471616** e o código CRC **FA6D9E52**.

Referência: Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

SEI nº 84471616



RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CONTROLADORIA SETORIAL

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS

Nº 1.592.727

Exercício 2023

SEPLAG

20/03/2024



Nosso *propósito*

Ser integridade e eficiência por uma **sociedade** melhor.



Nossa *missão*

Aprimorar a gestão pública mineira, por meio da auditoria interna, da correição, da prevenção e combate à corrupção, promovendo eficiência, integridade, transparência e participação social.



Nossa *visão*

Ser excelência como órgão de controle interno, que contribui para uma administração pública íntegra, transparente e eficaz.

Nossos *valores*

- Integridade
- Comprometimento
- Integração e cooperação
- Independência técnica
- Humanização
- Foco no interesse público

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves

Rodovia Papa João Paulo II, 4.000 – Prédio Gerais, 12º andar

Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP: 31630-901

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO ADJUNTA

Luciana Cássia Nogueira

CONTROLADORA SETORIAL DA SEPLAG

Ana Carolina de Aguiar Vicente

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Danielle Ribeiro Oliveira Diniz – Coordenação

Adriana Benedita de Oliveira

Érica Gonçalves Costa

Gabriela Delgado Armando

EDITORAÇÃO

Danielle Ribeiro Oliveira Diniz

REVISÃO FINAL

Ana Carolina de Aguiar Vicente

APRESENTAÇÃO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se do Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais que não serão constituídas para fins de julgamento, realizado em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 03, de 19 de dezembro de 2023.

Este trabalho é referente ao exercício financeiro de 2023, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Unidade Orçamentária 1501 –, sediada Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Serra Verde Belo Horizonte - MG, 2º e 3º andar.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	7
II. RESULTADOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO.....	8
A) DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2023:.....	8
B) TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS EM 2023:	12
C) RESULTADO DO MONITORAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO:.....	16
D) RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA SEPLAG:	17
E) RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER:	18
F) OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2023:.....	27
- AÇÕES DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	27
- AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	29
III. RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS.....	32
IV. REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE A – DOCUMENTOS TÉCNICOS EMITIDOS PELA CSET/SEPLAG EM 2023.....	34
APÊNDICE B – DETALHAMENTO DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS, PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO E EM CURSO, NO ÂMBITO DA SEPLAG, QUE FORAM RECOMENDADAS EM DOCUMENTOS DE AUDITORIA OU CONSTANTES NO PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELO GESTOR.....	45
APÊNDICE C – RESULTADO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS REALIZADOS PELA AUDITORIA-GERAL - CGE	58
APÊNDICE D.1 – RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018	65
APÊNDICE D.2 – RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022	82
APÊNDICE E – PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS EMITIDOS PELA CSET/SEPLAG EM 2023	97
APÊNDICE F – ANÁLISE PRELIMINAR EM PROCEDIMENTO DE CORREIÇÃO PELA CSET/SEPLAG EM 2023	98
APÊNDICE G – RESULTADO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS PRODUZIDOS PELA CORREGEDORIA GERAL - CGE	99

I. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº 03, de 19 de dezembro de 2023, apresenta-se o Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais que não serão constituídas para fins de julgamento, referentes ao exercício financeiro de 2023 pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Unidade Orçamentária 1501 –, sediada Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Serra Verde Belo Horizonte - MG, 2º e 3º andar.

É imperioso mencionar que a Unidade Orçamentária 1501 contempla 09 (nove) Subsecretarias¹. Assim, este relatório reúne os resultados das auditorias realizadas durante o exercício de 2023, executadas tanto pela Controladoria Setorial da Seplag – nos termos do art. 6º, inc. IX, do Decreto de Competências Seplag nº 48.636, de 19 de junho de 2023 –, quanto daquelas auditorias realizadas pela Auditoria Setorial – nos termos do art. 132 do mesmo Decreto – que tratam especificamente da atuação da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET). Contudo, considerando a recém incorporação da CET na Seplag, não foram emitidos documentos técnicos pela Auditoria Setorial, ou levantados os resultados de auditoria, e dessa forma, estes trabalhos não vieram a compor este Relatório.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 46 da Lei Estadual 24.313, de 28 de abril de 2023, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme roteiro de auditoria específico.

¹ Composição da Estrutura orgânica da Seplag: Gabinete; Intendência da Cidade Administrativa; Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; Subsecretaria de Logística e Patrimônio; Subsecretaria de Compras Públicas; Subsecretaria de Inovação e Gestão Estratégica; Subsecretaria de Gestão de Pessoas; Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão; Subsecretaria de Gestão e Finanças; Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito

A auditoria abrangeu o período de 01.01.2023 a 31.12.2023, sendo que, o trabalho para elaboração deste relatório ocorreu no período de fevereiro a abril de 2023, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame, em estrita observância às normas de auditoria estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no art. 10 da IN TCEMG nº 14, de 2011 e na Decisão Normativa vigente.

II. RESULTADOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO

a) Destaque das ações de Auditoria de 2023:

A Controladoria Setorial da Seplag, unidade de execução da Controladoria-Geral do Estado – CGE, com suas competências definidas por meio do art. 6º do Decreto Estadual nº 48.636/2023, de 19 de junho de 2023, sob a coordenação de Controlador Setorial, conta em sua estrutura com dois Núcleos, a saber: Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati) e Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), sendo de competência do primeiro, as eventuais execuções de auditoria.

No exercício de 2023, foram desenvolvidas por esta Controladoria Setorial ações relevantes no tocante à matéria de auditoria, sendo oportuno o destaque dos seguintes trabalhos:

Inicialmente, cita-se a Prestação de Contas UO 1501 – Exercício de 2022 e Nota de Auditoria nº 1.467.095 com os respectivos resultados consolidados. Neste trabalho foram realizadas as análises no tocante à gestão patrimonial, orçamentária e financeira, o levantamento das providências adotadas pela Gestão e os trabalhos de Controle Interno executados no exercício, juntamente com o monitoramento das ações pactuadas em resposta a estes trabalhos de auditoria.

Além disso, considerando-se a implementação de forma mandatória da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, que amplia os conceitos de controle

e gerenciamento de riscos no rito de compras públicas, foi desenvolvido o Relatório de Auditoria nº 1.493.578, que teve como objetivo avaliar o compliance dos fornecedores contratados pelo Estado de Minas Gerais, tendo como referencial a Lei Anticorrupção e outros normativos e entendimentos que orientam à Administração Pública para a prevenção de fraude e corrupção nas contratações públicas. Espera-se com este trabalho que os resultados sejam utilizados como insumo para o desenvolvimento de ferramentas prévias à contratação, e a criação de Score Compliance para análise de red flags – buscando-se avaliar de forma tempestiva fatores de risco que aumentam a possibilidade de descontinuidade contratual pelo fornecedor. Este trabalho ainda está em andamento nesta unidade de controle interno.

Ainda sobre as ações destaques, elenca-se o Relatório de Auditoria nº 1.510.190, que teve como escopo a avaliação de conformidade no sistema de gerenciamento do abastecimento da frota de veículos em postos próprios do Estado, tendo em vista a materialidade desta contratação, cujo valor total da Ata de Registro de Preços representou o montante de R\$21.199.800,00, sendo computado entre 2016 a 2018 o total de 1.933.433 abastecimentos em postos próprios do Estado, o que teria representado 75% da demanda de combustível dos órgãos e entidades estaduais. Nesse sentido, vislumbra-se aprimorar as funcionalidades do sistema e da gestão de frotas e fortalecer a efetividade dos controles previstos no contrato e o papel dos atores responsáveis pela utilização do sistema. Este trabalho ainda está em andamento nesta unidade de controle interno.

Além disso, ressalta-se o Relatório de Auditoria nº 1.493.030, que trata da avaliação dos controles de movimentação de servidores por cessão no âmbito da Seplag, buscando-se fornecer ao órgão uma análise da conformidade de sua estrutura de controle interno concernente ao processo de gestão da força de trabalho e políticas de movimentação de servidores. Este trabalho ainda está em andamento nesta unidade de controle interno.

Também, em relação à gestão patrimonial, foram desenvolvidas 02 (duas) ações, sendo elas:

O Relatório de Auditoria nº 1.324.003, que trata da avaliação da gestão do patrimônio mobiliário das Unidades de Atendimento Integrado (UAI's), com o objetivo de avaliar eventuais fragilidades e inconsistências nos controles e identificar potenciais pontos de aprimoramento nestas unidades descentralizadas de atendimento presencial da secretaria.

O Relatório de Auditoria nº 1.493.587, que trata da Avaliação de Conformidade do Controle e Registros Patrimoniais de bens móveis, cujo objetivo é observar a fidedignidade e tempestividade de atualização dos registros no SIAD, eventuais inconformidades e inconsistências no sistema. Este trabalho ainda está em andamento nesta unidade de controle interno.

Já em relação às atividades de consultoria, realizadas em observância à Seção II, da Instrução Normativa CGE de 30 de novembro de 2021, foram desenvolvidas 04 (quatro) principais ações, quais sejam:

A Análise de Riscos do Acordo Pró-Brumadinho², em que se realizou a avaliação dos riscos referentes: às etapas precedentes ao acordo, às Competências da Seplag, os riscos do acordo propriamente dito e os riscos da execução do acordo. O trabalho resultou no desenvolvimento de uma Matriz SWOT³ e mapa de calor de riscos, para subsidiar a elaboração e aprimoramento do Acordo Judicial pró-Rio Doce, que visa reparar os danos decorrentes do rompimento da barragem em Mariana, do qual estima-se apresentar danos muito maiores no quesito social e ambiental⁴.

Foi executado pela Controladoria Setorial a Nota de Consultoria nº 1.515.739, que trata da adoção de medidas administrativas prévias à instauração de Tomada de Contas para

² Acordo Judicial para Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV E B-IVA / Córrego do Feijão. Processo de Mediação SEI n. 0122201-59.2020.8.13.0000 TJMG / CEJUSC 2º GRAU

³ A matriz SWOT, cuja sigla vem de Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças), é uma ferramenta de gestão que possibilita identificar o cenário interno e externo do negócio/projeto em análise. Em português, também é chamada de análise FOFA, correspondendo às iniciais no nosso idioma.

⁴ Os danos sociais e ambientais do Acordo Pró-Rio Doce são considerados maiores, porque geraram um impacto em maior extensão de terras e comunidades afetadas. Em contrapartida, o Acordo Pró-Brumadinho teve um impacto mais significativo de óbitos, que consistem em danos individuais e individuais homogêneos, dos quais não são objeto do Acordo firmado.

cômputo do dano, buscando-se elencar conceitos, esclarecer os atores responsáveis e procedimentos afetos ao levantamento do valor devido aos cofres do Estado. A Nota de Consultoria se fez oportuna, diante de questionamentos acerca da apuração do quantum devido pelos servidores processados no PAD nº 18/2021.

Elucida-se também duas Notas de Consultoria, nº 1.501.531 e nº 1.514.466, que tratam, respectivamente, da definição do fluxo de instauração de Processo Administrativo Punitivo (PAP) e Tomada de Contas Especial (TCE) na Secretaria. O objetivo destas notas consistiu em auxiliar a gestão na centralização e gerenciamento destes institutos, e fortalecer a responsabilização de terceiros ou servidores que incorrem em condutas que geram dano à máquina pública.

Por fim, esta CSET recebeu a demanda da Superintendência Central de Administração de Pessoal (SCAP/SEPLAG), no processo de credenciamento das entidades consignatárias suspeitas de idoneidade e fraude. Assim, foi realizada a identificação destas empresas consignatárias – 07 (sete) ao todo –, e as respectivas práticas adotadas, a fim de fortalecer os controles no credenciamento destas entidades. Por fim, a análise foi encaminhada à Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas – SRPJ, da Controladoria Geral do Estado, para conclusão e responsabilização de pessoas jurídicas.

Cumprе mencionar sobre a finalização de 02 (dois) Relatórios de Auditoria no exercício de 2023, iniciados no exercício de 2022, sendo eles:

A emissão do Relatório de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) nº 1.170.854, que trata da avaliação dos riscos relevantes no macroprocesso de Convênio de Entrada, com o objetivo de avaliar riscos residuais mais relevantes – altos ou extremos – e os controles existentes no referido processo.

Também, foi concluído o Relatório de Auditoria nº 1.205.573, que discorre sobre a avaliação da implementação e gestão da política de teletrabalho na Seplag, mediante a análise da eficácia do sistema Ponto Digital, da atuação da chefia imediata, da atuação da gestão, das ações do grupo gestor e a variação dos custos operacionais.

b) Trabalhos de auditoria realizados em 2023:

A Decisão Normativa TCEMG nº 03/2023 determina em seu artigo 6º, que a unidade de auditoria informe os resultados das auditorias realizadas durante o exercício sob análise, os quais devem indicar as ilegalidades ou irregularidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.

Os documentos técnicos relativos a auditorias realizadas pela unidade setorial de controle interno da SEPLAG, emitidos no ano-exercício de 2023, encontram-se relacionados no quadro resumo a seguir.

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2023 – CSET/SEPLAG
QUADRO RESUMO

Produto	Quantidade
Relatório de Auditoria (RA)	03
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (RATCE)	00
Certificado de Auditoria (CA - CAFIMP)	01
Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (CATCE)	00
Nota de Auditoria (NA)	03
Nota de Consultoria (NC)	03
Relatório Preliminar (RP)	01
Quantidade Total	11

No quadro resumo a seguir, encontram-se enumerados os documentos técnicos concluídos pela unidade setorial de controle interno no exercício de 2023, referentes à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2023

1	Certificado de Auditoria nº 1.404.060	<p>Objetivo da auditoria: Avaliar a Conformidade da instrução do Processo Administrativo Punitivo nº 01, de 19/07/2022, para posterior inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, na forma da Lei nº 13.994, de 18/9/2001, e do Decreto nº 45.902, de 27/1/2012.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:() Sim (x) Não () Em elaboração</p>
Data:25/01/23		<p>No que tange a este trabalho, pela sua natureza de avaliação da instrução processual para inscrição no CAFIMP, não há que se falar em plano de ação ou providências adotadas pela gestão.</p> <p>É imperioso mencionar que aqueles processos remetidos pelos demais Poderes para inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública - CAFIMP, que ocorre nos termos do art. 49, §1º, do Decreto 45.902, de 27 de janeiro de 2012, foram enviados via Ofício à CGE, nos processos SEI nº 1640.01.0002770/2023-07 e 1080.01.00994411/2023-15.</p>
2	Relatório Auditoria nº 1.170.854	<p>Objetivo da auditoria: Aplicação da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos – ABR na avaliação dos processos de Gestão de Convênios de Entrada da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão /Seplag, executado pela Diretoria Central de Gestão de Convênios de Entrada – DCGCE, com o objetivo de avaliar riscos residuais mais relevantes – altos ou extremos – e os controles existentes no referido processo.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:(x) Sim () Não () Em elaboração</p>
Data:15/02/23		<p>Cabe salientar que a Lei nº 24.313/23 estabeleceu a nova estrutura orgânica do Poder Executivo Estadual, sendo que a competência para a gestão dos Convênios de Entrada foi absorvida pela Secretaria da Casa Civil, conforme art. 16, item VI. Com isto, em 15/09/23, foi emitido o Ofício CGE/CSET/NATI_SEPLAG nº. 3/2023 encaminhando o processo SEI nº 1520.01.0001876/2022-95, que contém o Relatório Final de Auditoria nº 1.170.854 emitido em 30 de janeiro de 2023 e o Plano de Ação acordado junto à Gestão, para conhecimento e análise quanto à plausibilidade de acompanhamento das ações e recomendações que estavam sendo monitoradas pela Controladoria Setorial da SEPLAG à Secretaria da Casa Civil.</p>
3	Nota de Auditoria nº 1.413.403	<p>Objetivo da auditoria: Atender à Resolução CGE nº 035/2020, que estabelece, no art. 1º, que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) dos órgãos e entidades que executam despesas com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais – Fonte 95 – deverão avaliar a regularidade da contratação e da execução dos contratos de bens e serviços realizados com tais recursos, sob a coordenação da Auditoria-Geral.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:() Sim (x) Não () Em elaboração</p>
Data:17/03/23		<p>Salienta-se que esta ação foi interrompida no segundo semestre de 2023, em decorrência da descontinuidade da ação, promovida pela publicação da Resolução CGE nº 06, 10 de abril de 2023, que revoga a Resolução CGE nº 35, de 09 de setembro de 2020, que dispõe sobre as ações de auditoria sobre as contratações de bens e serviços custeados com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais Fonte 95.</p>
4	Relatório de Auditoria nº 1440.904	<p>Objetivo da auditoria: O trabalho foi realizado com a finalidade de subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no julgamento das contas anuais de 2022 do responsável pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, em observância ao art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº 02/2023.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão: (x) Sim () Não () Em elaboração</p>
Data:27/04/23		<p>Considerando-se a existência de pontos de atenção e de descumprimento de instrumentos normativos identificados durante a realização dos trabalhos para a elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão de 2022 e das Notas de Encerramento</p>

	do Exercício de 2021, elaborou-se a Nota de Auditoria de Avaliação nº 1.467.095 de 04/08/23, para sistematizar e consolidar as informações registradas e as recomendações sugeridas pela CSET/SEPLAG.
--	---

5	Nota de Auditoria - Avaliação nº 1.467.095	<p>Objetivo da auditoria: Consolidação dos apontamentos realizados nas Prestações de Contas Anuais – Exercício 2021 e 2022 devido a existência de pontos de atenção e de descumprimento de instrumentos normativos identificados durante a realização dos trabalhos para a elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão de 2022 e das Notas de Encerramento de Exercício de 2021.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:(x) Sim () Não () Em elaboração</p>
Data:04/08/23		

6	Relatório de Auditoria nº 1.205.573	<p>Objetivo da auditoria: Avaliar a implementação e gestão da política de teletrabalho na Seplag, uma vez que permanece vigente enquanto política de trabalho adotada no Estado. A base legal deste trabalho está contida na Lei nº 23.674/2020, que estabelece princípios e diretrizes para as ações relativas à adoção do teletrabalho no serviço público estadual e dá outras providências, pelo Decreto nº 48.275/2024, pela Resolução Seplag nº 113/20215 e respectivas alterações – Resoluções 21/20216 e 51/20217 –, e Resolução Seplag nº 114/20218.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão: (x) Sim () Não () Em elaboração</p>
Data:13/09/23		Conforme processo SEI n.º 1520.01.0005250/2022-80, foi emitido em 17/05/23 pela Subsecretário de Gestão e Finanças, o Plano de Ação (SEI nº 66131916) com as ações a serem implementadas para fazer frente às recomendações constante do Relatório Preliminar de Auditoria 1.205.572 (SEI nº 53707185) emitido em 26/09/22. Em 16/01/24 foi emitido novo Plano de Ação (SEI nº 80501253) com as ações pendentes de serem implementadas constante deste Relatório Final de Auditoria.

7	Nota de Auditoria Consultoria nº 1.514.466	<p>Objetivo da auditoria: Visando identificar a necessidade de instituir controles internos para acompanhamento, centralização e registro dos trabalhos, foi sugerido fluxo para definição das etapas e atores responsáveis pela instauração e designação de comissão responsável pela condução do Processo Administrativo Punitivo (PAP) na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:() Sim (x) Não () Em elaboração</p>
Data: 06/10/23		No que tange a este trabalho, pela sua natureza de orientação para melhor instrução dos Processos Administrativo Punitivos, não há que se falar em plano de ação ou providências adotadas pela gestão.

8	Nota de Auditoria - Consultoria nº 1.501.531	<p>Objetivo da auditoria: Visando identificar a necessidade de instituir controles internos para acompanhamento e registro dos trabalhos, foi sugerido fluxo para definição das etapas e atores responsáveis pela publicação do ato normativo, instauração e designação de comissão responsável pela condução dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE), na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:() Sim (x) Não () Em elaboração</p> <p>No que tange a este trabalho, pela sua natureza de orientação para melhor instrução dos processos de Tomada de Contas Especial, não há que se falar em plano de ação ou providências adotadas pela gestão.</p>
Data: 06/10/23		

9	Nota Técnica nº 1.512.587	<p>Objetivo da auditoria: Verificar se o órgão/entidade vem atendendo às determinações de transparência ativa constantes na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, Decreto nº 45.969/12, Resolução SEPLAG nº 29/2016, e normativos indicados no Guia de Transparência Ativa e recomendar ações de melhorias no menu “transparência” dos sítios institucionais dos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (x) Não () Em elaboração</p> <p>No que tange a este trabalho, pela sua natureza de avaliar a divulgação de informações por meio do menu “Transparência” do sítio institucional da Seplag, não foi necessário elaboração de plano de ação visto que as providências foram adotadas pela gestão em resposta ao encaminhamento desta Nota.</p>
Data:11/10/23		

10	Nota de Auditoria Consultoria nº 1.515.739	<p>Objetivo da auditoria: Atender à demanda encaminhada a esta Controladoria Setorial (CSet), que versa sobre a apuração em relação ao quantum devido pelos servidores processados no PAD nº 18/2021, considerando-se estar findada a fase de responsabilização disciplinar que culminou nas sanções atribuídas aos servidores.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão:() Sim (x) Não () Em elaboração</p> <p>No que tange a este trabalho, pela sua natureza de orientação quanto à apuração do quantum devido pelos servidores processados no PAD nº 18/2021, não há que se falar em plano de ação pela gestão.</p>
Data:09/11//23		

11	Relatório Preliminar de Auditoria nº 1.324.003	<p>Objetivo da auditoria: Avaliar a Gestão do Patrimônio Mobiliário das Unidades de Atendimento Integrado (UAI's) em cumprimento à ação de avaliação prevista no Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) do exercício de 2022 com o objetivo de verificar a eficácia do processo; possíveis fragilidades e inconsistências; bem como, buscar oportunidades de melhorias a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão patrimonial das UAI's.</p> <p>Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (x) Em elaboração</p>
Data: 26/01/2024		

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos pela CSET/SEPLAG encontra-se reproduzido no **Apêndice A**.

Já os documentos técnicos relativos às auditorias realizadas pela Auditoria-Geral da Controladoria Geral do Estado (CGE-MG), emitidos no ano-exercício sob análise, encontram-se relacionados no quadro resumo a seguir.

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2023
QUADRO RESUMO – AUGÉ-CGE

Produto	Quantidade
Relatório de Auditoria (RA) - Avaliação, Consultoria e Apuração	05
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (RATCE)	0
Relatório de Opinião	0
Relatório de Trabalho	0
Relatório Gerencial	00
Certificado de Auditoria (CA - CAFIMP)	0
Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (CATCE)	0
Nota de Auditoria (NA) – Avaliação, Consultoria e Apuração	05
Quantidade Total	10

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos pela AUGÉ-MG encontra-se reproduzido no **Apêndice C**.

c) Resultado do monitoramento dos planos de ação:

O Plano de Ação é o documento elaborado pelo dirigente máximo, no caso em estudo, pelo(a) Secretário(a) de Estado de Planejamento e Gestão em conjunto com a unidade examinada, que explicita as medidas que serão tomadas para fins de cumprimento das recomendações e/ou para solucionar os problemas apontados em documentos de auditoria, contendo, no mínimo, as ações a serem tomadas; os responsáveis pelas ações; os prazos para implementação; e, quando possível, elementos de medida, como indicadores e metas, e os benefícios efetivos que irão advir do atendimento das recomendações.

Conforme a Instrução Normativa nº 01/2021, as recomendações e os planos de ação constituem alguns dos conteúdos principais do relatório de auditoria, considerando que é por meio deles que as Unidades de Auditoria Internas Governamentais (UAIG's)

agregam valor, indicando soluções práticas e viáveis para mitigar os riscos identificados e sanear e corrigir as irregularidades detectadas.

O resultado do monitoramento dos Planos de Ação encontra-se reproduzido no **Apêndice B**, do qual sintetiza as ações emitidas pela Controladoria Setorial, estando elas implementadas ou não implementadas no período da finalização deste Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais.

d) Resultado da Avaliação da Estrutura de Controle Interno da SEPLAG:

No exercício de 2023 foi realizado monitoramento do Relatório de Auditoria nº 1.343.773 de 28/12/22, que trata do trabalho de Avaliação da Estrutura de Controle (AEC) em nível de entidade da SEPLAG, no qual constam os riscos relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Os resultados apresentados em 2022 permitem concluir pela evolução dos índices de maturidade da Seplag, da primeira avaliação realizada em 2020, para a avaliação realizada no exercício de 2022.

Contudo, ainda subsistiram fragilidades em relação à estrutura de controle interno da Seplag, relacionadas aos componentes “Avaliação de Riscos” (62,5%) e “Atividades de Controle” (70,8%), conforme apurado no trabalho de auditoria. Dessa forma, foram sugeridas ações a serem empenhadas pela gestão, reforçando a importância da temática com vistas a fortalecer a estrutura de controle interno.

Nesse sentido, durante o exercício de 2023 realizamos o monitoramento das 08 (oito) recomendações emitidas e, a saber, restam apenas 02 (duas) ações a serem implementadas, às quais estão detalhadas no **Apêndice B**.

e) Resultado do monitoramento das decisões expedidas por órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, se houver:

A Decisão Normativa TCEMG nº 03/2023 determina em seu art. 6º, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado do monitoramento das decisões do Tribunal, em contas anuais de exercícios anteriores.

Atendendo a este dispositivo, em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br foi identificado um processo relacionado às contas anuais de exercícios anteriores da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - UO 1501) pormenorizado abaixo. Em seguida, foi informada as respectivas providências adotadas pela unidade, nos casos em que se aplica.

Processo: 1.071.395

Exercício de Referência: 2018

Situação das Contas: O processo encontra-se arquivado, após acórdão, a saber: “ACORDAM os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas na proposta de voto do Relator, em:

- I. julgar regulares com ressalvas, acordes com o Ministério Público junto a este Tribunal e amparados no disposto no inciso II do art. 48 da Lei Complementar n.º 102/08, as contas da Cidade Administrativa de Minas Gerais - CAMG, de responsabilidade do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, relativas ao exercício de 2018;

- II. determinar ao atual gestor, que adote as medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a reincidência, bem como que mantenha organizada, nos moldes da legislação em regência, a documentação pertinente para fins de exercício de controle externo em inspeção e ou auditoria, e ao responsável pelo controle interno, que comunique a este Tribunal toda e qualquer falha detectada, sob pena de responsabilidade solidária;
- III. determinar, após realizados os procedimentos pertinentes à espécie, o arquivamento do processo, conforme disposto no inciso I do art. 176, regimental.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro José Alves Viana, o Conselheiro Durval Ângelo e o Conselheiro Presidente Gilberto Diniz.

Destaca-se, ainda, a Conclusão do referido Acórdão:

CONCLUSÃO: Diante do exposto, manifesto-me, acorde com o Ministério Público junto a este Tribunal e amparado no disposto no inciso II do art. 48 da Lei Complementar n.º 102/08, pela regularidade, com ressalvas, das contas da Cidade Administrativa de Minas Gerais - CAMG, de responsabilidade do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, relativas ao exercício de 2018, com as recomendações constantes da proposta de voto.

No mais, caberá ao atual gestor a adoção das medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a reincidência, bem como manter organizada, nos moldes da legislação em regência, a documentação pertinente para fins de exercício de controle externo em inspeção e ou auditoria, e ao responsável pelo controle interno comunicar a este Tribunal toda e qualquer falha detectada, sob pena de responsabilidade solidária.

Ultimados os procedimentos pertinentes à espécie, archive-se o processo, conforme disposto no inciso I do art. 176, regimental.

Em especial, no tocante ao item III, alusivo ao acórdão dos Srs. Conselheiros, ressalta-se que no exercício de 2021, momento em que esta prestação de contas ainda não tinha sido julgada pelo TCE, foi confeccionado do ofício pela DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças, ligada à Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF) desta Secretaria, o Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, onde os documentos Nota

Técnica nº 6/SEPLAG/SPGF/2020, Memorando.SEPLAG/ DLA.n.º 363/2021 (28440914) e Memorando.SEPLAG/DCF.n.º 141/2021 (29160949) e seus anexos, trouxeram pontos abordados no corpo do Relatório do Tribunal de Contas.

As providências e justificativas elencadas nos documentos supracitados, adotados antes da provocação do TCE no Processo 1.071.395, são atinentes não somente às recomendações pendentes de implementação do Relatório de Avaliação de Efetividade nº 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502 no exercício de 2018⁵, como também, aos apontamentos da Nota Técnica n.º 1500.0704.20, que trata das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 do exercício de 2019, realizados pela Controladoria Setorial. Neste sentido, a consolidação das ações de monitoramento do Plano de Ação resultante dos documentos supracitados, fora elencada ao **Apêndice D.1**.

Em consonância ao mesmo Processo n.º 1.071.395, na data de 17 de janeiro de 2022, a Coordenadora do Tribunal de Contas enviou a esta Secretaria o Ofício n.º 361/2022, informando-se que:

“(...) Em cumprimento à decisão disponibilizada no Diário Oficial de Contas do dia 15/10/2021, comunico que há recomendações a V. Ex.^a, para que adote das medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a reincidência, bem como manter organizada, nos moldes da legislação e regência, a documentação pertinente para fins de exercício do controle externo em inspeção e ou auditoria, e ao responsável pelo controle interno comunicar a este Tribunal toda e qualquer falha detectada, sob pena de responsabilidade solidária” (Ofício 361/2022, Protocolo SEI nº 41248249).

A partir do recebimento do Ofício acima descrito, essa Secretaria de Planejamento e Gestão iniciou o Processo SEI n.º 1500.01.0013601/2022-58, tramitado internamente junto à Subsecretária de Planejamento e Orçamento, Assessoria Jurídica, Coordenadoria

⁵ Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85. Protocolo: 7139955.

Especial da Cidade Administrativa e Superintendência de Gestão e Finanças, sendo confeccionada, nesta última Superintendência, a Nota Técnica inserida no despacho interno n.º 12/2022/SEPLAG/SPGF, para fins de tratativas em observância ao Acórdão do Tribunal de Contas.

Na Nota Técnica, considerando parte dos pontos já tratados no SEI nº 1520.01.0006174/2020-67, foram explanadas as respostas, justificativas e providências por parte da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Nesse sentido, identifica-se que, embora existam questões pendentes de regularização, todos os pontos foram tratados internamente, conforme síntese abaixo:

Tabela 01 - Providências Seplag/MG – Decorrente da prestação de contas anual da Cidade Administrativa (UO 1502 – CAMG) referente ao exercício de 2018.

Apontamento do Órgão Técnico do TCE/MG	Respostas, justificativas e providências apresentadas pela SEPLAG/MG
<p>2.2. Execuções Financeira e Patrimonial</p> <p>2.2.1. Ativo – Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa:</p> <p>"Nas inconformidades apontadas no Relatório de Conformidade Contábil RCC, para essa mesma conta contábil, consta a informação que o valor de R\$ 3.066.971,99 se refere a receita recebida no exercício de 2016 nas unidades extintas (1561 e 1661) e conforme o gestor da fonte 60.2 na Cidade Administrativa, este saldo não deverá ser utilizado e deverá ser devolvido aos órgãos. Porém, até a data de emissão do RCC, não havia ainda definição dos órgãos e do valor."</p>	<p>No tocante às inconformidades registradas no RCC, estamos atuando para que todas elas sejam sanadas, contudo, o esforço depende também das áreas que ensejaram os registros das inconformidades. Dessa forma, foi elaborado um Plano de Ação com a Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF, tendo como prioridade tratar os saldos remanescentes da extinta UO 1502.</p> <p>A principal atividade registrada no plano que está neste momento sob nossa alçada refere-se à necessidade de informar todas as pendências à Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa – Cecad, para que esta defina os valores e órgãos que serão beneficiados com as devoluções. Esta tratativa está sendo realizada, internamente, por meio do Processo SEI nº 1500.01.0085358/2022-97.</p> <p>No entanto, cabe destacar a dificuldade na obtenção dos dados que permitam tal regularização, pois dependem de controle paralelo, uma vez que o Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi não detalha, por ano e por consignatário, os respectivos valores. Além disso, o ano de origem do saldo remete ao exercício de 2011, e, considerando que neste período ocorreu rotatividade dos gestores e dos responsáveis pelo acompanhamento das informações, há que se despender esforços para resgatar todos os dados conciliáveis. Ademais, por se tratar de movimentação contábil em unidade orçamentária já extinta, após receber as informações da Cecad, a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF também poderá ser demandada, tendo em vista ser o órgão gestor do Siafi.</p>
<p>2.2.2. Ativo não Circulante – Imobilizado:</p>	<p>Em relação ao bem não localizado, de patrimônio nº 51929970, na verdade, trata-se de um televisor da marca LG (e não Sony, como informado), de 55 polegadas, que pertencia ao Auditório JK da Cidade Administrativa. O processo de apuração de seu desaparecimento foi tratado no âmbito do Processo SEI nº 1520.01.0006989/2019-84, no qual a Controladoria Setorial da Seplag apontou como responsável, analisado todos os fatos – incluído o boletim de ocorrência e as manifestações dos servidores à época –, a ex-subsecretária de Operação e Gestão da Cidade Administrativa, Grasielle Espósito Oliveira, conforme se vê</p>

Apontamento do Órgão Técnico do TCE/MG	Respostas, justificativas e providências apresentadas pela SEPLAG/MG
<p>"Nesse sentido, necessário se faz alertar o gestor para que adote as medidas legais cabíveis em relação ao bem não localizado com indício de dano ao erário [patrimônio nº 51929970, televisor da marca Sony, de 55 polegadas] visando o seu ressarcimento, bem como, regularize a situação dos bens que se encontram sem plaquetas de patrimônio ou com plaquetas repetidas, uma vez que essas inconsistências já foram identificadas no exercício anterior e ainda permanecem em 2018."</p>	<p>pelo Despacho nº 17/2020/CGE/CSET/NUCAD_SEPLAG (23657161), acompanhado e decidido pelo Despacho SEPLAG/GAB SECRETÁRIO à CSet (24150184):</p> <p>Nesta situação, de acordo com o art. 57 do Decreto Estadual nº 45.242/2009 e conforme competência delegada pelo art. 1º, inciso VIII, da Resolução SEPLAG nº038/2016, caberia a ex-Subsecretária de Operação e Gestão da Cidade Administrativa determinar a apuração dos fatos mediante a instauração de Sindicância Administrativa. No entanto, nenhuma medida necessária à instauração foi adotada pela Subsecretária.</p> <p>(...)</p> <p>Lado outro, ratifica-se o entendimento exarado na Nota Técnica em Procedimento Preliminar de Correição nº 1500.0763.20, no que concerne a responsabilização da ex-Subsecretária de Operação e Gestão da Cidade Administrativa, tendo em vista que a omissão de quem tem o dever de agir, no que tange os deveres e obrigações do servidor, macula o Estatuto do Servidor Público Estadual e os princípios que norteiam a Administração.</p> <p>Em sequência, foi cobrado administrativamente o valor do bem reavaliado, momento em que foi oportuna e devidamente reposto ao erário estadual pela ex-servidora responsabilizada, e o bem baixado no SIAD, comprovado pelo documento SEI!MG nº 43982059. O processo encontra-se arquivado atualmente na Controladoria Setorial da Seplag.</p> <p>Em relação às plaquetas, questionamento foi encaminhado à Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa através do Memorando.SEPLAG/SPGF.nº 59/2022 (46629917) para complementação no expediente, observada as atribuições previstas no inciso III, art. 68 do Decreto nº 47.727/2019.</p> <p>A manifestação da área foi remetida por meio do Memorando.SEPLAG/CECAD-PATRIMÔNIO.nº 5/2022 (46688750), que acompanha este expediente.</p> <p>- Apontamentos CECAD - Memorando.SEPLAG/CECAD-PATRIMÔNIO.nº 5/2022</p> <p>" (...) levando em consideração o aumento da expertise adquirida no processo de inventário e o maior volume de bens lidos, o resultado imediato foi uma aparente identificação de mais inconsistências (aumento do quantitativo de bens sem plaqueta de patrimônio e de bens com patrimônio duplicado identificados). Somado a isso, há de se considerar também que a equipe iniciou em 2018 a elaboração de planilha de controle patrimonial com informações relevantes para correção de inconsistências de forma eficaz.</p> <p>Ressaltando que a carga patrimonial da CECAD é composta por cerca de 75 mil itens, com mais de 350 tipos de bens e, ciente do desafio que o volume da carga patrimonial representa para o processo de inventário e da importância desse processo para a</p>

Apontamento do Órgão Técnico do TCE/MG	Respostas, justificativas e providências apresentadas pela SEPLAG/MG
	<p>correta administração dos recursos públicos, em 2019 foi realizado, em conjunto com a Controladoria Setorial da Seplag, um trabalho de avaliação do gerenciamento de riscos no processo de inventário do patrimônio mobiliário da Cidade Administrativa de Minas Gerais. O objetivo desse trabalho foi detalhar e analisar o processo, possibilitando identificar problemas, riscos e soluções possíveis.</p> <p>Por meio desse trabalho os principais riscos identificados foram: número insuficiente de membros da comissão e pouco tempo disponível para a realização dos trabalhos, considerando em especial o volume de bens, a grande variedade dos tipos bens e a extensa área do complexo CA; ferramentas e sistemas defasados; falta de conhecimento técnico ou atenção dos membros da comissão (o que prejudicava a qualidade da informação); difícil acesso a lugares fechados e resistência dos usuários da Cidade Administrativa no recebimento da comissão.”</p>
<p>2.2.3. Passivo – Passivo Circulante</p> <p>2.2.3.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Parte 1:</p> <p>"Consoante relatório da área técnica, do saldo da conta "Fornecedores e Contas a Pagar" em 31/12/18, de R\$45.281.173,25, a parcela de R\$11.597.818,04 refere-se a Restos a Pagar Processados, anteriores a 2018, relativos à CEMIG e à COPASA, inconformidade objeto de registro no Relatório de Conformidade Contábil.</p> <p>Com relação aos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, a unidade técnica observou a necessidade de o responsável envidar esforços no sentido de regularização do saldo apresentado, promovendo o seu cancelamento/anulação/reestabelecimento, conforme a hipótese, bem como sua certificação, em atendimento ao Decreto de Encerramento do Exercício Financeiro de 2018.</p> <p>Em exame após a abertura de vista ao responsável, a área técnica asseverou que, com base no Relatório de Auditoria de Gestão do Controle Interno da SEPLAG relativo ao exercício de 2019, o órgão mantém a inscrição em RPNP de exercícios anteriores e que foi inscrito o valor de R\$12.159.333,64 no exercício de 2019, sem cancelamento, consoante determinado no Decreto de Encerramento do Exercício n.º 47.755/2019.</p> <p>Trata-se, pois, de descumprimento ao previsto no Decreto Estadual n.º 47.521/18, em que se determina o cancelamento dos referidos restos a pagar, ensejando, portanto, recomendação ao atual gestor para que adote as medidas necessárias ao cumprimento do mencionado normativo."</p>	<p>Quanto aos Restos a Pagar Processados, a manutenção de sua inscrição se dá por subsistência atestada pelo fiscal da despesa. Pelo que se observa das justificativas apresentadas, os saldos foram mantidos, em grande parte, devido à ausência de liberação financeira por parte da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF para adimplir a obrigação.</p> <p>Não obstante, a atual gestão tem envidado todos os esforços necessários para regularizar a situação, como é possível observar através do Processo SEI nº 1500.01.0046765/2019-46, por meio do qual, em novembro de 2019, solicitou-se posicionamento da SEF acerca da questão e, posteriormente, reiterou-se a demanda e solicitou-se sua atualização em junho de 2021.</p> <p>Importa destacar que a solução adotada pelo Estado para regularização da pendência dos órgãos foi a emissão, em 2020, do Decreto nº 47.908/2020, que dispôs sobre a compensação de dívidas com crédito tributário relativo ao ICMS, incluindo no rol das possibilidades insertas no art. 1º as dívidas com energia elétrica. Com efeito, as tratativas foram conduzidas pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, por meio de cronograma próprio de liberação financeira para os órgãos, sendo os saldos a favor da empresa mantidos enquanto aguardava-se a liberação financeira para quitação financeira escritural dos débitos.</p> <p>No caso da Cidade Administrativa, referente ao período de 2016 a 2019, a liberação financeira para quitação da última parcela ocorreu em 18/02/2022. Após, foi solicitada a carta de quitação de débitos para conclusão do acordo e baixa dos saldos, mas o fornecedor informou ainda estar conciliando os saldos, o que impediria a emissão de imediato. Tão logo se tenha certeza sobre a quitação completa do saldo devedor, os saldos inscritos em</p>

Apontamento do Órgão Técnico do TCE/MG	Respostas, justificativas e providências apresentadas pela SEPLAG/MG
	<p>RPNP serão zerados das Unidades Executoras (UEs) 1500055 e 1500056.</p> <p>Procedimento semelhante ao relatado foi adotado pela Secretaria de Estado de Fazenda para as dívidas com a Copasa. As pendências anteriormente existentes na prestação de contas do exercício de 2018 foram totalmente quitadas no exercício de 2021 quando das liberações financeiras realizadas pela SEF, promovendo-se a devida baixa dos saldos da conta contábil.</p> <p>Em relação aos destaques da unidade técnica do TCE/MG, contidos na íntegra do Acórdão (41255878), informamos que os empenhos da Prodemge, Cemig e Copasa foram restabelecidos por conta dos acordos que estavam em andamento à época e só foram finalizados mais recentemente. Para a Cemig, conforme relatado, estamos aguardando a certificação da Companhia para baixa dos saldos contábeis inscritos em RP (documento que garantirá a devida segurança para operação da baixa dos saldos, dado o volume de recursos), o que, como se sabe, concluído, refletirá nos empenhos. Os demais saldos apontados no documento já haviam sido anulados oportunamente.</p> <p>Adiante, importa salientar que, desde 2020, a atual gestão vem se atentando às disposições dos Decretos de Encerramento de Exercício, de modo que as medidas recomendadas já foram implementadas de ofício. Assim, quando as áreas demandantes da Seplag apontam a necessidade de se manter os saldos inscritos em RPNP para além do limite temporal fixado pelo Decreto de Encerramento de Exercício correspondente, é colhida uma justificativa que evidencie a imprescindibilidade do saldo e submetido o consolidado do pleito ao Comitê de Orçamento e Finanças para deliberação.</p> <p>Em 2020, o normativo assim discorria:</p> <p>DECRETO Nº 48.080/2020:</p> <p>Art. 6º – As inscrições dos RPNP de que trata o art. 5º que não forem liquidadas até 23 de abril de 2021 deverão ser obrigatoriamente canceladas nesta data pela Unidade Executora.</p> <p>§ 3º – Excetuam-se das disposições contidas neste artigo as despesas de caráter constitucional e outras a critério do Cofin. (grifou-se)</p> <p>A autorização para manutenção, por esta Seplag, dos saldos inscritos em RPNP adveio por meio do Of. Cofin n.º 0344/2021 (28899831), inserto no SEI nº 1500.01.0051104/2021-63, e devidamente comunicado à Controladoria Setorial da Seplag.</p> <p>Ato contínuo, em 2021 a norma cuidou novamente de balizar as exceções à regra:</p> <p>DECRETO Nº 48.303/2021</p> <p>Art. 6º – As inscrições dos RPNP de que trata o art. 5º que não forem liquidadas até 25 de abril de 2022 deverão ser obrigatoriamente canceladas nesta data pela Unidade Executora.</p> <p>(...)</p> <p>§ 3º – Excetuam-se das disposições contidas neste artigo as despesas de caráter constitucional e outras a critério do Cofin. (grifou-se)</p>

Apontamento do Órgão Técnico do TCE/MG	Respostas, justificativas e providências apresentadas pela SEPLAG/MG
	<p>De maneira semelhante, a autorização veio por meio do Of. Cofin n.º 0740/2022 (45770830), inserto no SEI nº 1500.01.0059640/2022-60, e devidamente comunicado à Controladoria Setorial da Seplag.</p>
<p>2.2.3.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Parte 2:</p> <p>"Assinalou a área técnica, também, a ocorrência de registro, no relatório de controle interno da SEPLAG, de atrasos nos pagamentos realizados pelo órgão, com geração de ônus financeiros, decorrentes de multas contratuais e juros de mora, no valor de R\$257.705,08."</p>	<p>A Seplag mantém o controle das despesas executadas no elemento-item 3926 (encargos financeiros) e tem identificado as causas que resultam na cobrança de encargos por atraso de pagamentos. Esse gerenciamento é realizado por meio de planilha para identificação das principais causas dos encargos e atuação de forma a evitar a reincidência. Como exemplo, pode-se citar o envio Memorando-Circular nº 8/2020/SEPLAG/SPGF informando sobre a necessidade do envio das notas dentro do prazo correto para evitar a incidência de encargos financeiros. Além disso, orientamos aos gestores e fiscais de contratos da Seplag para a juntada nos expedientes de justificativas nos casos em que seja percebida a incidência de juros. Notificamos também os ordenadores de despesa quanto à responsabilidade de se verificar periodicamente os documentos pendentes de assinatura digital, conforme prevê o inciso II do art. 10 da Resolução Seplag nº 056/2019.</p> <p>Ainda nesse sentido, foi realizada uma agenda junto à Controladoria Setorial da Seplag para definição de metodologia, normatização para apuração da responsabilização e a forma de ressarcimento ao erário, que está sob estudo interno.</p> <p>No mais, com as ações adotadas, foi possível continuar, para 2021 e 2022, a redução implementada em 2019 do valor registrado como encargos financeiros na UE 1500055, chegando a uma queda de 97% no montante observado em 2018.</p> <p>Importa destacar que o valor liquidado de multas e juros de mora relativos às contraprestações da Cemig e da Copasa foram cancelados por meio de acordos conduzidos pela SEF. Em negociação daquela Secretaria com as empresas públicas, o pagamento do passivo de 2016 a 2019 ficou condicionado ao perdão dos encargos financeiros.</p>
<p>2.2.3.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Parte final:</p> <p>"Anotou ainda que os pagamentos realizados pelo órgão não obedeceram à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, contrariando o disposto no art. 5º da Lei n.º 8.666/93</p> <p>(...)</p> <p>As alegações prestadas pelo responsável, especialmente com relação ao estado de calamidade financeira decretado e aos repasses insuficientes recebidos para pagamento das despesas da Cidade Administrativa, bem como acerca da questão operacional envolvendo o fluxo das notas fiscais, devoluções desses documentos e retorno com atraso, esses últimos esclarecimentos apresentados apenas nas contas relativas ao exercício de 2019,</p>	<p>A Seplag obedece com rigor a ordem cronológica de pagamentos, respeitando as diferenciações por fontes de recursos, em consonância com o mandamento legal.</p> <p>Conforme alinhamento interno com a Controladoria Setorial, já foi pacificado que nos casos em que seja possível prever a quebra da ordem cronológica haverá a publicação com a fundamentação e justificativa no Diário Oficial do Estado, em obediência ao que decreta o caput do art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Ressalvamos, no entanto, que conforme apontamentos das contas relativas ao exercício de 2019 a essa Corte de Contas, são casos atípicos, em grande parte imprevisíveis e alheios à vontade desta SPGF.</p> <p>No mês de fevereiro de 2023, constava no Relatório de Conformidade Contábil da Seplag o registro na conta contábil 2.1.8.8.1.04-CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUCAO CONTRATUAL de R\$ 33.839,78 referente às UEs 1500055 e 1500056, uma redução de 73% comparada com 2018, fruto das ações já adotadas no âmbito da Secretaria para encerramento dos contratos no Portal de Compras, conforme será detalhado na resposta seguinte.</p>

Apontamento do Órgão Técnico do TCE/MG	Respostas, justificativas e providências apresentadas pela SEPLAG/MG
<p>amenizam o teor das irregularidades, mas não tem o condão de excluí-las."</p> <p>2.2.3.2. Demais Obrigações a Curto Prazo:</p> <p>"O saldo da conta "Demais Obrigações a Curto Prazo" em 31/12/18 era de R\$453.456,29. Conforme informado pela área técnica, consta no Relatório de Auditoria de Gestão, elaborado pelo Controle Interno (peça 35, página 7), que, dentre as subcontas integrantes do saldo acima, o valor da subconta 2188.1.04 – Cauções e Garantias Diversas, de R\$123.839,78, permanece com registro ativo em face da ausência de baixa no SIAD dos montantes de contratos cujos prazos se encontram encerrados.</p> <p>Tratando-se de reiteração de irregularidade, enseja-se a proposição de recomendação ao gestor atual para implementar medidas que aprimorem os registros das cauções e garantias, de forma a neutralizar falhas dessa natureza, a fim de que os registros contábeis espelhem a realidade dos fatos, assegurando-se a fidedignidade das informações contábeis."</p>	
<p>2.2.4. Contas de Compensação:</p>	<p>No ano de 2020 e 2021 houve um esforço para a sensibilização dos gestores e fiscais de contrato para demandarem o encerramento dos instrumentos que não possuíam pendências financeiras a quitar. Com isso, a atuação em toda a Seplag teve reflexo também nas unidades executoras da Cidade Administrativa, quais sejam, 1500055 e 1500056, que, hoje, possuem apenas saldos de contratos vencidos e não encerrados no Portal de Compras na monta de R\$ 15.763.105,92, referentes aos Contratos nº 9033315/2014, 9055225/2016, 9143370/2017 e 9056609/2016. Os três primeiros se tratam de contrato com a Cemig e a baixa de seus saldos depende da finalização da conciliação dos saldos com a referida Companhia e a expedição de carta de quitação de débitos, consoante ao que será feito para a baixa dos saldos de Restos a Pagar.</p>
<p>"No bojo dos atos potenciais passivos, consta, dentre outros, os itens: "Contratos de Fornecimentos a Executar", no valor de R\$2.080.648,61 e "Contratos de Serviços a Executar", no montante de R\$172.071.017,82, dos quais, as parcelas, respectivas, de R\$2.045.674,56 e R\$54.387.201,18, correspondem a contratos com prazo de vigência encerrada, cujos registros deveriam ter sido baixados devido à natureza das contas.</p> <p>A irregularidade enseja proposição de recomendação ao responsável a fim de que se aprimore o referido controle e mantenha os registros contábeis em conformidade com a realidade fática dos contratos e demais direitos e obrigações."</p>	<p>O quarto e último contrato nesta situação foi firmado com a Chubb Seguros Brasil S.A, sendo informado pelo gestor do contrato que este encontra-se sub judice, do qual poderá, segundo seu entendimento, eventualmente utilizar o saldo do contrato vencido.</p> <p>Nessa toada, é importante ressaltar que a execução de despesas sem saldo contratual configura afronta ao art. 2º da Lei nº 8.666/1993, o que ensejaria um processo de indenização à contratada em caso de encerramento do contrato antes da solução do litígio.</p>

Fonte:

- Nota Técnica nº 1/SEPLAG/SPGF/2022 (42349930) – Emitida em 14 de abril de 2023. Processo SEI nº 1500.01.0013601/2022-58
- Memorando.SEPLAG/CECAD-PATRIMÔNIO.nº 5/2022 (46688750) – Emitido em 17 de maio de 2022. Processo SEI nº 1500.01.0013601/2022-58

Informa-se, por oportuno, que as providências adotadas referentes à Prestação de Contas Anual do exercício de 2022, que foram constituídas para fins de julgamento, nos termos da Decisão Normativa TCEMG nº 02, de 19 de dezembro de 2022 – consolidadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 1.440.904, tem sido acompanhadas no Processo SEI 1520.01.0007209/2023-49, e estão consolidadas no **Apêndice D.2.**

f) Outras atividades relevantes desenvolvidas no exercício de 2023:

- Ações de Correição Administrativa

Relativamente às ações de correição administrativa do ano de 2023, cabe destacar as análises em procedimento preliminar de correição realizadas, cujos fatos e circunstâncias indicam potencial dano ao erário e que, ocasionalmente, resultaram em sugestões e/ou recomendações para adoção de providências por parte do gestor, as quais, conforme documentos técnicos emitidos pelo Núcleo de Correição Administrativa da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - NUCAD/CSET/SEPLAG, encontram-se enumeradas no quadro resumo constante do **Apêndice E.**

Como se pode observar do quadro resumo relativo à U.O. 1501, para os documentos técnicos (Notas Técnicas n.º 7/2023 e 18/2023) com indicação de potencial dano ao erário proveniente, respectivamente, de utilização de histórico escolar falso e de utilização de certidão de contagem de tempo possivelmente falsa, foi sugerido/recomendado à Diretoria de Recursos Humanos que verificasse o impacto que tais atos tiveram nos históricos funcionais dos servidores supostamente envolvidos e promovesse a regularização e apuração de eventual *quantum debeat*.

No caso da Nota Técnica nº 16/2023, em que se tratou de imóvel na cidade de Itabira cedido ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 2006 e devolvido ao Executivo em 2016/2017, sugeriu-se à Superintendência Central de Imóveis a identificação, se possível, das eventuais avarias decorrentes da ocupação pelo Tribunal e a promoção da respectiva cobrança.

Não houve análises em procedimento preliminar de correição relacionadas à U.O. 1502.

De igual maneira, cabe destacar os procedimentos correicionais instaurados e em instrução no ano de 2023, a título de sindicâncias e processos administrativos, para apurar responsabilidade de agentes públicos, cujos atos praticados podem ensejar eventual dano ao erário, nos termos do quadro resumo consolidado no **Apêndice F**.

Segundo disposto no supracitado quadro resumo, foram instaurados no ano de 2023: 01 (uma) Sindicância Administrativa Investigatória e 03 (três) Processos Administrativos Disciplinares, todos relacionados com a unidade 1501 – SEPLAG. Existem, ainda, para esta unidade, 02 (duas) Sindicâncias e 03 (três) Processos Administrativos Disciplinares em andamento; 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares concluídos pelas comissões; 1 (uma) Sindicância, 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares e 1 (um) Processo Disciplinar Simplificado concluídos definitivamente; 1 (um) Processo Administrativo Disciplinar encontra-se com recurso pendente de julgamento; e 1 (uma) Investigação Preliminar foi remetida à CGE, totalizando 17 (dezessete) procedimentos correicionais.

Desses procedimentos, 06 (seis) contam com indicação de potencial dano ao erário e encontram-se em instrução ou pendente de análise posteriori e decisão de recurso, não havendo no momento providências a serem adotadas pelo gestor.

Quanto à U.O. 1502 – CAMG, há 1 (uma) Sindicância e 1 (um) Processo Administrativo Disciplinar concluídos pela comissão e aguardando análise posteriori, ambos com indicação de dano, não havendo no momento providências a serem adotadas pelo gestor.

Já os documentos técnicos emitidos pela Corregedoria-Geral da Controladoria Geral do Estado (CGE-MG) relacionados à Seplag, emitidos no ano-exercício sob análise, encontram-se relacionados **Apêndice G**.

- Ações de Transparência e Integridade

No que se refere à temática de Transparência e Integridade, esta Controladoria Setorial procedeu, por meio do Núcleo de Auditoria Transparência e Integridade - NATI/CSET/SEPLAG, a realização de trabalhos com o fito de promover ações que estejam em consonância com os princípios relacionados à boa governança, de modo a identificar fragilidades e oportunidades de melhoria e redirecionar esforços para ações mais efetivas de promoção à integridade e transparência na Secretaria.

Neste ínterim, registra-se a realização dos seguintes trabalhos, realizados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG (UO 1501):

Tabela 02 - Execução das ações de Transparência e Integridade – UO 1501

Ação Planejada	Status / Resultados	Observações/Justificativas
Assessorar e apoiar órgãos e entidades para que realizem sua adesão à PMPI ou a adequação de seus planos de integridade nos termos do Decreto	Concluído	Formulário de acompanhamento quadrimestral de ações de integridade preenchido e encaminhado à CGE - SEI nº 1520.01.0006420/2023-12
Monitorar e avaliar 1 (um) mecanismo de controle social existente no órgão ou entidade de atuação da CSET/CSEC	Concluído	Participação da reunião apresentação das ações de integridade e controle social do PACI 2023 ocorreu em 20/6/2023. Encaminhamento de demanda com as orientações correlatas à Auditoria Setorial da Coordenadoria Especial de Trânsito (CET), considerando-se que o único Conselho atuante na SEPLAG seria Conselho Estadual de Trânsito – Cetran-MG
Avaliar o menu “transparência” do sítio institucional do órgão/entidade do Poder Executivo Estado de Minas Gerais	Concluído	Elaboração na Nota Técnica nº 1.512.587 (75108794)
Demanda extraordinária: Desenvolvimento da ação prevista no Plano de Integridade Seplag	Não iniciado	1. Implementação Modelo de 3 linhas de Defesa Ação prevista para ocorrer a partir da implementação da Política de Gestão de Riscos.
Demanda extraordinária: Desenvolvimento da ação prevista no Plano de Integridade Seplag	Concluído	2. Canais de Denúncia Divulgados: a. Finalização e publicização da Cartilha dos Canais de Denúncias na Seplag, prevista no Plano de Integridade da Seplag.
Demanda extraordinária: Apoio à implementação da Política de Gestão de Riscos	Em andamento	Definir, aprovar e implementar a Política de gestão de Riscos da SEPLAG Publicação da Resolução Seplag nº 007, de 27 de janeiro de 2023, que institui a Política de Gestão de Riscos no âmbito da

Ação Planejada	Status / Resultados	Observações/Justificativas
		<p>Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, e a Resolução Seplag nº 16, de 9 de fevereiro de 2023, que institui o Comitê de Riscos e Controles (CRC) da Seplag.</p> <p>Evento de apresentação na 2ª Semana Mineira de Controle Interno, promovida pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE), no dia 12/05/2023, com a participação da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão e do Controlador Geral de Estado, e de outros Superintendentes e Subsecretários da Seplag.</p> <p>Alteração da Política de Gestão de Riscos, publicada mediante Resolução Seplag nº 103, de 4 de dezembro de 2023.</p> <p>Elaboração de indicadores para construção do Mapa de Prioridades e consequente estratégia para execução da gestão de riscos na Seplag.</p>

Na ação “Assessorar e apoiar órgãos e entidades para que realizem sua adesão à PMPI ou a adequação de seus planos de integridade nos termos do Decreto”, esta Controladoria tem prestado apoio no preenchimento do SISPMPI⁶ e o levantamento das ações as quais estariam para ser implementadas, realizando o cadastramento dos usuários no sistema – tendo em vista a recém implementada Assessoria Estratégica, que absorveu as atribuições de acompanhamento do Plano de Integridade -, e esclarecimento de demais dúvidas. Insta mencionar que as ações que compõe o Plano de Integridade da Seplag foram consolidadas no processo SEI 1500.01.0454004/2023-16 pela Assessoria Estratégica, o qual indica a conclusão das ações no âmbito desta Secretaria.

Em relação à ação: “Monitorar e avaliar 1 (um) mecanismo de controle social existente no órgão ou entidade de atuação da CSET/CSEC”, considerando a existência de Conselho ativo na estrutura orgânica da Seplag, qual seja, o Conselho Estadual de Trânsito – Cetran-MG, foi encaminhado o formulário disponibilizado pela SUTI/CGE aos conselheiros, fomentando-se a participação destes.

⁶ SISPMPI: sistema eletrônico desenvolvido pela CGE-MG para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação dos Planos de Integridade dos órgãos.

Sobre a ação: “Avaliar o menu “transparência” do sítio institucional do órgão/entidade do Poder Executivo Estado de Minas Gerais”, foi emitida a Nota Técnica nº 1.512.587 (75108794).

Na ação: “Demanda extraordinária: Desenvolvimento da ação prevista no Plano de Integridade Seplag”, a Controladoria Setorial (CSet/Seplag) tem como execução obrigatória as seguintes ações:

A primeira ação consiste nos “Canais de Denúncia Divulgados”, em que o material foi elaborado em 2023, e publicado pela Secretaria em sua Página Eletrônica⁷.

A segunda ação refere-se à “implementação do Modelo de 3 linhas de Defesa”, cuja previsão de início ocorrerá mediante a implementação da Política de Gestão de Riscos de forma sólida e institucionalizada.

Por fim, no que toca à ação de: “Demanda extraordinária: Apoio à implementação da Política de Gestão de Riscos”, a Cset atuou no suporte ao desenvolvimento da Política, enquanto coordenação do Grupo de Trabalho e, atual Comitê de Riscos e Controles.

Assim, foi publicada as resoluções Seplag nº 007, de 27 de janeiro de 2023 de instituição da Política de Gestão de Riscos e a Resolução Seplag nº 16, de 9 de fevereiro de 2023, que institui o Comitê de Riscos e Controles (CRC) da Seplag. Além disso, a Cset participou no desenvolvimento do evento de apresentação da Política de Gestão de Riscos na 2ª Semana Mineira de Controle Interno. Destaca-se que, a fim de que a Política estivesse mais aderente às necessidades da Secretaria, e buscando-se incorporar as alterações referentes ao Decreto de Competências Seplag nº 48.636 – publicado em 19 de junho de 2023 – foram atualizadas as Resoluções que tratam da matéria, mediante publicação das Resoluções Seplag nº 103 e 104, em 04 de dezembro de 2023.

⁷ Disponível em:

https://www.mg.gov.br/system/files/media/planejamento/documento_detalhado/2023/seplag/institucional/canal_denunciasseplag2-3.pdf

III. RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS

Os resultados foram consolidados no tópico “e”: “Resultado do monitoramento das decisões expedidas por órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, se houver”.

Em breve síntese, são os principais pontos trazidos a partir da orientação dos trabalhos pela CGE-MG, de acordo com os itens previstos art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº 03, de 19 de dezembro de 2023, referentes à Unidade Orçamentária 1501.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Adriana Benedita de Oliveira
Assessora do NATI/CSET/SEPLAG
MASP: 351.351-2

Érica Gonçalves Costa
Assessora do NATI/CSET/SEPLAG
MASP: 1.211.051-6

Gabriela Delgado Armando
Assessora do NATI/CSET/SEPLAG
MASP: 1.277.503-7

Danielle Ribeiro Oliveira Diniz
MASP: 753.249-2
Coordenadora do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

Ana Carolina de Aguiar Vicente
Auditora Interna
Controladora Setorial – SEPLAG
MASP 1.336.579-6

IV. REFERÊNCIAS

Decreto Estadual nº 48.636, de 19 de junho de 2023. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 48.687, de 13 de setembro de 2023. Dispõe sobre a organização da Controladoria-Geral do Estado.

Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nº 14, de 14 de dezembro de 2011.

Decisão Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 03, de 19 de dezembro de 2023.

APÊNDICE A – DOCUMENTOS TÉCNICOS EMITIDOS PELA CSET/SEPLAG EM 2023

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
01	#1401775	Certificado de Auditoria	25/01/2023	Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP	Análise da Conformidade da instrução do Processo Administrativo Punitivo nº 01, de 19/07/2022, para posterior inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, na forma da Lei nº 13.994, de 18/9/2001, e do Decreto nº 45.902, de 27/1/2012.	Concluímos pela Conformidade da instrução do Processo Administrativo Punitivo nº 01, de 19/07/2022, podendo o fornecedor abaixo identificado ser inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, na forma da Lei nº 13.994, de 18/9/2001, e do Decreto nº 45.902, de 27/1/2012.	Não se aplica
02	#1161003	Relatório de Auditoria nº 1.170.854	15/02/2023	Aperfeiçoar os controles existentes no macroprocesso de Convênio de Entrada, a partir da avaliação de riscos relevantes identificados no trabalho de Gerenciamento de Riscos.	O trabalho foi realizado em atendimento às definições do Plano Tático da Auditoria Geral da CGE/MG para o período 2022-2023, considerando a importância do processo de trabalho para os órgãos e entidades selecionados e a oportunidade de aperfeiçoar os controles internos existentes no processo de Convênio de Entrada, a partir da avaliação de riscos relevantes identificados.	Considerando a abrangência dos testes realizados e o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões do trabalho: Baixa adesão do Estado às oportunidades divulgadas, uma vez que, das 315 oportunidades divulgadas no período de 04/2021 a 04/2022, 235 oportunidades ou 74,92% não tiveram propostas ofertadas pelos órgãos, e ausência da sistematização destas motivações, viabilizando a tratativa de forma pontual; Devolução de recursos de convênios em decorrência de fragilidades no planejamento e encaminhamento de propostas pelos órgãos sem que tenha sido levantado previamente a capacidade técnica, operacional, humana e a oportunidade de execução – ex. início não ocorrer em período eleitoral;	As principais recomendações foram referentes às temáticas abordadas no Relatório, que se referem à divulgação das oportunidades de recursos, à devolução de saldo remanescente de convênio pelos órgãos, às capacitações propostas pela DCGCE/Seplag, à suplementação e liberação de cotas orçamentárias, e às glosas de despesas na execução de convênios. Cabe salientar que a Lei nº 24.313/23 estabeleceu a nova estrutura orgânica do Poder Executivo Estadual sendo que a competência para a gestão dos Convênios de Entrada foi absorvida pela Secretaria da Casa Civil, conforme art. 16, item VI. Com isto, em 15/09/23, foi emitido o Ofício CGE/CSET/NATI_SEPLAG nº. 3/2023 encaminhando o processo SEI nº 1520.01.0001876/2022-95 que

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
						<p>Fluxo de suplementação adotado pela DCGCE inviabiliza assegurar que a execução financeira ocorre sempre posterior à aprovação de cota orçamentária, e dentro da correta disponibilidade orçamentária, bem como, dificulta o controle a posteriori do controle interno/externo;</p> <p>Metodologia utilizada pela DCGCE, de capacitações poderia ser reforçada e/ou aprimorada;</p> <p>Nos processos de glosa de recursos, a Planilha de Qualificação de Projetos, com os pareceres das áreas envolvidas, não é anexada ao processo SEI, fundamentando a deliberação do pleito;</p> <p>Sistema GRP não foi implementado, o qual espera-se que aprimore a execução orçamentária de convênio de entrada dos órgãos, de acordo com o Plano de Trabalho, evitando assim glosas.</p>	<p>contém o Relatório Final de Auditoria nº 1.170.854 emitido em 30 de janeiro de 2023 e o Plano de Ação acordado junto à Gestão para conhecimento e análise quanto à plausibilidade de acompanhamento das ações e recomendações que estavam sendo monitoradas pela Controladoria Setorial da SEPLAG.</p>
03	#1253894	Nota de Auditoria nº 1.413.403	17/03/2023	Avaliação da regularidade das contratações e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95	O trabalho de auditoria foi realizado em atendimento à Resolução CGE nº 035/2020, que estabelece, no art. 1º, que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) dos órgãos e entidades que executam despesas com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais – Fonte 95 – deverão avaliar a regularidade da contratação e da execução dos contratos de bens e serviços realizados com tais recursos, sob a coordenação da Auditoria-Geral.	<p>A análise contemplou o processo de compra 1501561000042/2021 de acordo com orientações emanadas pela CGE-MG e da amostra referente ao primeiro semestre do exercício de 2022, que compreendeu 87,2% do valor pago financeiro das despesas executadas com recursos provenientes da Fonte 95, verificou-se a existência de fragilidades no processo de contratação analisado.</p>	<p>Como pontos de melhoria sugere-se:</p> <p>No processo de estimativa de preços, em caso da inviabilidade de publicização das pesquisas de preços, formalizar em processo apartado – com as devidas restrições de acesso – , e realizar menção no processo principal de contratação;</p> <p>No processo de estimativa de preços, incluir a cotação realizada diretamente com os fornecedores,</p>

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
							<p>com a respectiva indicação das empresas consultadas, os orçamentos detalhados e as propostas originais encaminhadas pelos fornecedores consultados;</p> <p>No processo de estimativa de preços, mencionar o quantitativo solicitado nas propostas; incluir os preços praticados (unitário e total) pelo fornecedor; a data dos orçamentos; a identificação dos responsáveis de cada cotação; as condições de entrega, a capacidade de fornecimento, as condições de pagamento e outras condições acessórias para a execução e comparabilidade do objeto;</p> <p>No planejamento da contratação, realizar a definição dos quantitativos a serem adquiridos, baseados em memórias de cálculo e critérios técnicos;</p> <p>No planejamento da contratação, consolidar o Estudo Técnico Preliminar;</p> <p>Nos processos de execução de despesa, incluir documentos que assegurem a manutenção pelo contratado das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, como a inclusão do CRC e/ou CADIN/CAFIMP.</p>

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
04	#1440901	Relatório de Auditoria nº 1440.904	27/04/2023	Trata-se do Relatório de Auditoria de Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG (UO 1501) e Cidade Administrativa de Minas Gerais - CAMG (1502), em atendimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02/2022.	O trabalho foi realizado com a finalidade de subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no julgamento das contas anuais de 2022 do responsável pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag	Nossas conclusões, tendo como parâmetro as análises procedidas a partir das demandas contidas nos incisos I a VI do art. 10 da IN 14/2011 e Decisão Normativa nº 02/2022, ambas do TCEMG, apontam a adequação parcial da posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2022 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, nos termos das informações prestadas neste Relatório de Auditoria de Gestão.	As recomendações deste trabalho foram consolidadas na Nota de Auditoria - Avaliação nº 1.467.095, sendo apresentadas no tópico e: “e) Resultado do monitoramento das decisões expedidas por órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, se houver”, deste Relatório.
05	#1440901	Nota de Auditoria - Avaliação nº 1.467.095	04/08/2023	Consolidação dos apontamentos realizados nas Prestações de Contas Anuais – Exercício 2021 e 2022	Considerando a existência de pontos de atenção e de descumprimento de instrumentos normativos identificados durante a realização dos trabalhos para a elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão e das Notas de Encerramento de Exercício, elaborou-se este documento para sistematizar e consolidar as informações registradas, sendo oportuno reforçar que o detalhamento de cada um dos apontamentos pode ser resgatado na íntegra, nos documentos mencionados supra.	Não observância da ordem cronológica de pagamentos e formalização de eventuais situações que gerem quebras desta ordenação, bem como, providências relacionadas à gestão financeira e patrimonial da Secretaria. Ademais, restou pendente de saneamento, medidas apontadas nos Relatórios de Conformidade Contábil, Inventário de bens móveis, Relatório da Dívida Fundada e Flutuante, conforme apontado no Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2022 e nas Notas de Encerramento de Exercício do ano de 2021.	Elaboração de plano de ação, visando ao saneamento das inconformidades, com posterior retorno a Controladoria Setorial para o acompanhamento do que foi acordado.
06	#1179557	Relatório de Auditoria nº 1.205.573	13/09/23	Avaliação da implementação e gestão da política de teletrabalho na Seplag, observando os controles internos, bem como, verificando a eficácia do sistema Ponto Digital, da atuação da chefia imediata, da gestão, do	O trabalho foi realizado em cumprimento à demanda do Dirigente Máximo prevista no Plano de Atividades de Controle Interno - PACI 2022, tendo em vista a importância e incipiência da implementação da Política de Teletrabalho na Secretaria enquanto modalidade laboral adotada no Estado,	Considerando o escopo de auditoria, destacaram-se como as principais conclusões do trabalho: Quanto ao Ponto Digital: Ausência de prazo para inclusão do plano de trabalho; Ausência de histórico de	Com o objetivo de aprimoramento dos controles internos na política de teletrabalho adotada na SEPLAG sugere-se que: Adequação ao Ponto Digital, no tocante à inserção de prazos para

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
				grupo gestor e a variação dos custos operacionais, buscando identificar oportunidades de melhoria e contribuir para seu aprimoramento.	que se fundamenta na observância dos atingimentos de metas e prazos, em detrimento da presença física nas dependências da Unidade de lotação.	<p>registro no sistema e da utilização do Ponto Digital.</p> <p>Quanto à atuação da Chefia Imediata:</p> <p>Ausência de estudo de produtividade anterior ao regime de teletrabalho, de maneira que fosse possível comparar se houve ou não aumento da produtividade no regime de teletrabalho; Inexistência de Parâmetro de Produtividade Padrão entre as subsecretarias.</p> <p>Quanto à atuação da Gestão:</p> <p>Ausência de um estudo/pesquisa/questionário com os servidores da Seplag, de maneira geral, em regime teletrabalho, que permita avaliar se houve aumento na qualidade de vida, contemplando aspectos estruturais, físicos, pessoais, profissionais e psicológicos.</p> <p>Quanto ao custo operacional:</p> <p>Inobservância de limites impostos no Plano de Contingenciamento de Gastos do Poder Executivo para o exercício de 2020, relacionados à tarifa de energia elétrica e locação de bens imóveis.</p> <p>Quanto à atuação do Grupo Gestor:</p> <p>Melhoria dos controles do teletrabalho; Melhoria das ferramentas de comunicação; Melhoria da estrutura em rede e sistemas e Melhoria da estrutura física.</p>	<p>inclusão de plano, histórico de alterações, e que o sistema se constitua enquanto ferramenta de gerenciamento de demandas contínuo.</p> <p>Em relação à atuação da chefia imediata, ressalta-se a importância do desenvolvimento de documentos de acompanhamento do teletrabalho fidedignos, coerentes à capacidade operacional dos servidores, efetivos na mensuração de desempenho e aderentes à atuação estratégica do setor na Secretaria.</p> <p>No que tange à atuação da Gestão, sugere-se o aprimoramento de mecanismos de conscientização e capacitação dos gestores, aprimoramentos de instrumentos de controle disponibilizados, como Relatório Trimestral, Estudo de Parâmetros de Produtividade e o Ponto Digital.</p> <p>Em relação aos custos operacionais, recomenda-se que sejam acompanhados e justificados gastos de custeio diretamente influenciados pela redução de servidores em trabalho presencial.</p> <p>E por fim, sobre a atuação do Grupo Gestor, sugere-se a atuação de</p>

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
							maneira mais estratégica, buscando consolidar informações de custos, indicadores e produtividade, para além da análise da percepção das chefias imediatas
07	#1493009	Nota de Auditoria – Consultoria nº 1514466	06/10/2023	Fluxo para definição das etapas e atores responsáveis pela instauração e designação de comissão responsável pela condução do Processo Administrativo Punitivo (PAP) na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Considerando a competência do ordenador de despesas para a elaboração e instauração do Processo Administrativo Punitivo (PAP), identifica-se a necessidade de instituir controles internos para acompanhamento, centralização e registro dos trabalhos.	Considerando a competência do ordenador de despesas para a instauração e elaboração do Processo Administrativo Punitivo (PAP), dada a necessidade de instituir controles internos para acompanhamento e registro dos trabalhos, promoveu-se a construção do fluxograma, o qual prevê as etapas e atores responsáveis pela instauração da portaria de instauração de Processo Administrativo Punitivo (PAP) e de designação da Comissão Especial para apuração das infrações e imposição de penalidade, de maneira que fosse centralizada na Diretoria de Compras, Contratos e Convênios (DCCC), subordinada à Subsecretaria de Gestão e Finanças – SUBGEF.	Recomenda-se que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), mais especificamente a Subsecretaria de Gestão e Finanças – SUBGEF, por meio da Diretoria de Compras, Contratos e Convênios (DCCC), estabeleça o fluxo para definição das etapas e atores responsáveis pela instauração deste procedimento.
08	#1493009	Nota de Auditoria – Consultoria nº 1501531	06/10/2023	Fluxo para definição das etapas e atores responsáveis pela publicação do ato normativo para instauração e designação de comissão responsável pela condução dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE), na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Considerando a competência do titular do órgão para a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), identifica-se a necessidade de instituir controles internos para acompanhamento e registro dos trabalhos.	Considerando a competência do titular do órgão para a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), dada a necessidade de instituir controles internos para acompanhamento e registro dos trabalhos, promoveu-se a construção do fluxo anexo, o qual prevê que a numeração dos atos normativos para instauração do referido processo seja solicitada ao Gabinete, que devolverá aos pontos focais da área demandante para prosseguimento da publicação no Diário	Recomenda-se que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), mais especificamente o Gabinete, estabeleça o fluxo para definição das etapas e atores responsáveis pela instauração deste procedimento.

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
09	#1511951	Nota Técnica nº 1.512.587/23	11/10/2023	Avaliar o menu “transparência” do sítio institucional do órgão/entidade do Poder Executivo Estado de Minas Gerais	Verificar se o órgão/entidade vem atendendo as determinações de transparência ativa constantes na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Decreto nº 45.969/12, Resolução SEPLAG nº 29/2016, e normativos indicados no Guia de Transparência Ativa e recomendar, se necessário, ações de melhorias no menu “transparência” dos sítios institucionais dos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual.	<p>Oficial Eletrônico de Minas Gerais (DOE-MG).</p> <p>Quanto ao menu: “Transparência”</p> <p>Sugeriu-se incluir o texto padrão recomendado pelo “Guia de Transparência Ativa”;</p> <p>Quanto ao subitem: “Informações Classificadas e Desclassificadas”</p> <p>Verificou-se no site da SEPLAG que a última atualização ocorreu em 31 de maio de 2021. De acordo com o art. 46 do Decreto 45.969/2012, as informações devem ser Nota Técnica nº 1.512.587/2023 atualizadas anualmente: em 1º de junho3 e/ou sempre que houver alteração nas informações classificadas e desclassificadas. Nesse sentido sugeriu-se a atualização.</p> <p>Quanto ao subitem: “Receita e Despesas”</p> <p>Dentro do item "Despesas e Receitas", não consta a listagem com as informações sobre a ordem cronológica de pagamento (quadro geral de credores com as respectivas datas de vencimento das obrigações).</p> <p>Quanto ao subitem: “Compras e Contratos”</p> <p>Identificou-se que dentro do item "Compras e Contratos" não consta a lista dos fiscais de contratos vigentes e encerrados nos últimos 03 (três) anos, conforme inciso VI do art. 7º, e §1º e</p>	Sugere-se implementar as medidas de saneamento cabíveis e as sugestões propostas quanto ao conteúdo disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em pleno atendimento à legislação sobre o tema, em especial a Lei Federal nº 12.527/11, o Decreto Estadual nº 45.969/12 e Resolução SEPLAG nº 29/2016. Além disso, sugere-se avaliar a conveniência e oportunidade da inclusão de itens não obrigatórios e outros aspectos de aprimoramento do sítio eletrônico, conforme previsto no Guia de Transparência Ativa.

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
						<p>inciso IV do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011 – LAI.</p> <p>Quanto ao subitem: “Servidores”</p> <p>Foi identificado dentro do item "servidores", que não consta a lista dos estagiários que mantém contrato com a Secretaria. Sobre esta questão, ainda que não exista expressa menção da obrigatoriedade de publicização, existem normativos correlatos que fundamentam esta recomendação, conforme a Cartilha de Orientações – ATRICON;</p> <p>Quanto ao subitem: “Dados Abertos”</p> <p>Verificou-se que dentro do item "Dados Abertos", consta o link direcionando para o Portal de Dados Abertos, conforme cópia da tela anexa. Contudo, o referido link está inserido de forma equivocada, devendo-se incluir aquele que leva ao correto endereço eletrônico.</p> <p>Quanto ao subitem: “Prestação de Contas da Seplag – MG” Sugere-se a inclusão da prestação de contas do último exercício (2022), considerando que a última versão incluída refere-se ao exercício de 2021.</p> <p>Sugestão para além dos itens obrigatórios – Boas Práticas de implementação:</p> <p>Sugeriu-se avaliar a possibilidade de especificar e identificar novas possibilidades de contato no item “Quem é Quem”, ou mesmo, a criação de um link com as seguintes informações:</p>	

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
						<ul style="list-style-type: none"> · Dias de trabalho presencial dos setores e dias de teletrabalho (ex: quinta-feira presencial, nos demais, teletrabalho); · Telefones de contato (ramal virtual do ponto focal do setor e/ou WhatsApp); · Endereço no SEI; · Horário de funcionamento dos setores tanto presencial quanto em teletrabalho. 	
10	#1245010	Nota de Auditoria - Consultoria nº 1.515.739	09/11/2023	Adoção de medidas administrativas prévias à instauração de Tomada de Contas para cômputo do dano.	O presente trabalho decorre de demanda encaminhada a esta Controladoria Setorial (CSet), que versa sobre a apuração em relação ao quantum devido pelos servidores processados no PAD nº 18/2021, considerando-se estar findada a fase de responsabilização disciplinar que culminou nas sanções atribuídas aos servidores.	A partir do exposto, a rigor da Lei Complementar nº 102/2008, Resolução TCEMG nº 12/2008, IN TCEMG nº 03/2013 e DN TCEMG 02/2013, que culminaram no Manual de Tomada de Contas Especial, mediante a constatação de suposto dano ao erário, compete a Administração Pública realizar a identificação de 04 (quatro) pressupostos, e exaurir as medidas administrativas com vistas à recomposição do dano. diante da análise dos fatos, comprovado que os servidores incorreram na prática descrita no art. 250, inciso V, da Lei Estadual nº 869/1952, ainda existem medidas administrativas a serem tomadas, tais como o encaminhamento da notificação, com a especificação dos fatos que lhe foram imputados, fundamentação legal e o valor do débito, assegurando aos responsáveis o direito de pagar ou ter vista dos autos e apresentação, caso queiram, de alegações de defesa.	Observar as orientações elencadas na Nota de Consultoria, sendo que, sublinha-se: Se esgotadas todas as medidas administrativas, e os servidores ainda se recusarem a efetuar o ressarcimento, deverá ser emitido o relatório demonstrando o esgotamento destas medidas – em até 180 dias –, e, posteriormente, encaminhar os autos à autoridade competente para instauração da Tomada de Contas Especial, que deverá ser realizada no prazo de 120 dias. Destaca-se também a necessária comunicação da instauração da TCE ao Tribunal de Contas do Estado, em observância ao art. 6º da Instrução Normativa Nº 03/2013, conforme orientação constante no Manual do TCE, pág. 31
11	#1323323	Relatório Preliminar de Auditoria nº 1.324.003	26/01/2024	Auditoria de Avaliação da Gestão do Patrimônio Mobiliário das Unidades de Atendimento Integrado (UAI's)	A ação decorre da necessidade de verificação dos procedimentos atinentes à gestão do patrimônio mobiliário disponibilizado às Unidades de	Considerando o escopo de auditoria, destacaram-se como as principais conclusões do trabalho:	Avaliar a inserção de cláusula que disponha sob a exclusão de responsabilidade da Seplag nas hipóteses de problemas na

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
					<p>Atendimento Integrado (UAI's), tendo sua justificativa na materialidade do objeto da auditoria, pois abrange um volume significativo de bens sob responsabilidade da Seplag.</p>	<p>Ausência de cláusula contratual que disponha sob a responsabilidade dos bens de terceiro/privados, fornecidos pelas seguintes empresas: Valid Soluções S.A; Consórcio Minas Digital; Método Telecomunicações e Comércio Ltda; e Ipq Tecnologia Ltda.</p> <p>Além disso, considerando a utilização das UAI's por diferentes órgãos, é necessário reforçar/definir a responsabilidade sobre estes bens, sejam eles de uso comum ou próprios da Secretaria.</p> <p>Subsistência de bens de outros órgãos – especialmente daqueles fornecidos pela MGS – que já se encontram em estado de sucata ou deteriorados, mas continuam a ocupar as dependências físicas das UAI's, e a obstruir a limpeza nestes locais.</p> <p>Também foi observada a ausência de padronização no recebimento das informações para realização do inventário, a fim de garantir um controle mais efetivo dos bens, e das informações que são recebidas pela Seplag, que atua enquanto órgão responsável por coordenar a gestão das UAI's.</p> <p>Por fim, com relação aos bens sob a guarda da MGS, que foge do escopo desta análise, identifica-se a ausência de individualização dos números de patrimônios, que muitas vezes são registrados em "kits", dificultando o controle pela coordenação</p>	<p>funcionalidade do sistema/máquinas e equipamentos, especialmente nas hipóteses de culpa exclusiva de terceiros, caso fortuito ou força maior; bem como na impossibilidade de comprovação da autoria nos casos de malversação e danos nos equipamentos fornecidos pelas 04 (quatro) empresas, sendo elas: Valid Soluções S.A; Consórcio Minas Digital; Método Telecomunicações e Comércio Ltda; e Ipq Tecnologia Ltda;</p> <p>Advertir contratualmente as competências sugeridas, que tratam da utilização adequada do bem, as proibições e as obrigações;</p> <p>Estabelecer um Plano de Trabalho para o fiscal do contrato que contemple, dentre outras, atribuições específicas à execução de contrato em que existe o fornecimento de bens como objeto da prestação de serviço;</p> <p>Realizar o levantamento e definição de responsabilidades afetas aos bens de uso comum – sejam eles próprios do estado ou de terceiros, adotando-se os procedimentos sugeridos;</p> <p>Rever o fluxo de tramitação para retirada dos patrimônios em desuso – principalmente da MGS –, os quais estão ocupando espaço nas Unidades;</p>

Nº	Nº SIGA E-Aud	Tipo de documento	Data de Emissão	Qual foi o trabalho realizado	Por que a Cset/Csec realizou o trabalho	Quais as conclusões alcançadas	Quais as recomendações emitidas
						da UAI de Lavras, mediante movimentação dos itens.	<p>A gestão das UAI de Lavras identificar a viabilidade da individualização dos números de patrimônio dos bens da MGS; e realizar a divulgação entre os Coordenadores das UAI's sobre a existência da Bolsa de Materiais da Seplag enquanto canal receptor de material permanente e de consumo que esteja ocioso ou recuperável – nos termos do art. 7º do Decreto Estadual 45.242/2009;</p> <p>Realizar a padronização dos documentos na realização do inventário.</p>

APÊNDICE B – DETALHAMENTO DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS, PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO E EM CURSO, NO ÂMBITO DA SEPLAG, QUE FORAM RECOMENDADAS EM DOCUMENTOS DE AUDITORIA OU CONSTANTES NO PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELO GESTOR

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
Nota de Auditoria	1512587	Avaliar a divulgação de informações por meio do menu “Transparência” do sítio institucional da Seplag.	11/10/2023	#1569254	Em execução	#1569448	1	Sugerimos a inclusão do texto padrão recomendado pelo “Guia de Transparência Ativa”, abaixo da palavra Transparência, qual seja: Esta seção reúne e divulga, de forma espontânea, dados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determinação da Lei Federal nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 e demais legislações que tratam do assunto. No menu Transparência estão disponíveis as informações mínimas sobre serviços de informação ao cidadão, informações classificadas e desclassificadas, ações e programas, receitas e despesas, compras e contratos, convênios, repasses e transferências, doações, comodatos e cooperações, pessoal e dados abertos, além de outros tópicos obrigatórios, mas específicos para determinados órgãos e entidades e tópicos opcionais, como a participação social. Para maiores informações sobre a Lei de Acesso à Informação e sua regulamentação no âmbito do Estado de Minas Gerais, acesse o Portal da Transparência.	Recomendação implementada
				#1569256	Em execução	Incluir pós monitoramento	2	Quanto ao subitem: “Informações Classificadas e Desclassificadas” visualizamos no site da SEPLAG que a última atualização ocorreu em 31 de maio de 2021. De acordo com o art. 46 do Decreto 45.969/2012, as informações devem ser Nota Técnica nº 1.512.587/2023 atualizadas anualmente: em 1º de junho3 e/ou sempre que houver alteração nas informações classificadas e desclassificadas. Nesse sentido sugerimos a atualização.	Recomendação implementada parcialmente

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
				#1569261	Em execução	Incluir pós monitoramento	3	sugerimos a inclusão da cronologia de pagamento na parte de “Despesas”, com o seguinte texto padrão: Cronologia de Pagamento: Acesse aqui a lista dos pagamentos realizados pelos órgãos e entidades com a respectiva ordem cronológica de pagamento.	Recomendação implementada parcialmente
				#1569264	Em execução	Incluir pós monitoramento	4	sugerimos incluir esta relação, com o seguinte texto padrão: Acesse a [Lista dos Fiscais de Contratos] da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/SEPLAG, vigentes e encerrados nos últimos 03 (três) anos.	Recomendação implementada parcialmente
				#1569267	Em execução	#1585974	5	avendo estagiários na Secretaria, sugere-se a adoção do seguinte texto padrão: Acesse a relação dos [Estagiários] que mantém contrato de estágio com o(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).	Recomendação implementada
				#1569273	Em execução	#1569468	6	Registra-se que dentro do item "Dados Abertos", consta o link direcionando para o Portal de Dados Abertos5, conforme cópia da tela anexa. Contudo, o referido link está inserido de forma equivocada, devendo-se incluir aquele que leva ao correto endereço eletrônico6	Recomendação implementada
				#1569279	Em execução	#1569484	7	Sugere-se a inclusão da prestação de contas do último exercício (2022), considerando que a última versão incluída refere-se ao exercício de 2021.	Recomendação implementada
				#1569281	Em execução	Incluir pós monitoramento	8	sugerimos avaliar a possibilidade de especificar e identificar novas possibilidades de contato no item “Quem é Quem”, ou mesmo, a criação de um link com as seguintes informações: · Dias de trabalho presencial dos setores e dias de teletrabalho (ex: quinta-feira presencial, nos demais, teletrabalho); · Telefones de contato (ramal virtual do ponto focal do setor e/ou WhatsApp); · Endereço no SEI; · Horário de funcionamento dos setores tanto presencial quanto em teletrabalho.	Recomendação implementada parcialmente

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
								Esses contatos seriam relevantes, especialmente porque em questionamento à Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico (DDT/SUBGEF), remetido à Prodemge,	
Relatório Preliminar de Auditoria	1343773	Avaliação da evolução da estrutura dos controles internos do órgão	29/12/2022	#1502655	Em execução	#1595016	1	Verificar a viabilidade de desenvolver o Plano Operacional da Seplag e Plano tipicamente tático	Recomendação implementada parcialmente
				#1502658	Em execução	Incluir pós monitoramento	2	Verificar a viabilidade de desenvolver painel de indicadores ou relatório para acompanhamento dos objetivos, indicadores e metas dos planos estratégicos de maneira publicizada/aberta	Recomendação implementada parcialmente
				#1502661	Em execução	Incluir pós monitoramento	3	Verificar a viabilidade de sistematização do acompanhamento do Mapa Estratégico e PMDI na Secretaria	Recomendação implementada parcialmente
				#1502663	Em execução	#1595025	4	Desenvolver Termo de Responsabilidade para uso de estação de trabalho, conforme art. 28 da Resolução Seplag nº 84/2022.	Recomendação implementada parcialmente
				#1502677	Em execução	#1595068	5	Desenvolver diagnóstico de avaliação de maturidade na política para auxiliar os órgãos e entidades na sua implantação da Política de Segurança da Informação.	Recomendação implementada parcialmente
				#1502680	Em execução	#1595167	6	Consolidar as ocorrências relacionadas à Segurança da Informação, a fim de viabilizar respostas-padrão aos servidores, e mudanças estruturais para garantir a assertividade nas respostas ao risco e melhoria processual.	Recomendação implementada parcialmente

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
Relatório Final de Auditoria	1205573	Avaliação da implementação e gestão da política de teletrabalho na SEPLAG.	13/09/2023	#1528776	Em execução	#1585160	1	Verificar a possibilidade de editar a norma que limite o prazo para a inclusão do plano de trabalho no Ponto Digital.	Recomendação não implementada
				#1528787	Em execução	#1585176	2	Aperfeiçoar o sistema de maneira que coloque alertas com datas para preenchimento do plano de trabalho mensal;	Recomendação implementada
				#1528790	Em execução	#1585283	3	Verificar a possibilidade de incluir o recurso “histórico de alteração” que permita monitorar todas as inclusões, alterações ou exclusões de registros feitas nos planos de trabalho.	Recomendação implementada parcialmente
				#1528793	Em execução	#1528793	4	Identificar a viabilidade de extração de Relatório de Atividades por período superior a um mês, com a consolidação de eventuais justificativas de não atingimento de metas, possibilitado ao gestor a visualização do andamento das atividades, a revisão dos planos e redimensionamento das metas propostas, ficando mais aderente à capacidade operacional do servidor.	Recomendação não implementada
				#1528802	Em execução	#1585536	5	Realizar um estudo sobre as ferramentas paralelas que tem sido utilizadas pelos setores para planejamento e consolidação de atividades – Trello, Microsoft Planner, SEI e planilhas internas –, sobre qual a percepção das chefias imediatas e dos servidores sobre estas ferramentas no planejamento, acompanhamento, monitoramento e consolidação das metas;	Recomendação implementada
				#1528810	Em execução	#1585926	6	A Gestão identificar se haveria espaço e pretensão da inclusão dentro do Ponto Digital, das funcionalidades positivamente percebidas pelas chefias em outros sistemas que tem sido utilizados em paralelo, para sistematização de entregas, considerando que as informações do Ponto Digital são extratificadas e não gera informações gerenciais para o gestor e para o servidor. Ou, na impossibilidade, desenvolver ou estabelecer instrumento padrão na Secretaria em que seja possível realizar a mensuração e controle das entregas, aderente ao Planejamento Estratégico do órgão, e que possibilite não somente a consolidação das metas e justificativas de não atingimento, como	Recomendação não implementada

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
								o desenvolvimento de indicadores, a fim de computar frequência mediante o desempenho e resultado dos servidores.	
				#1528815	Em execução	#1585589	7	Conscientizar o gestor sobre os mecanismos de priorização que podem ser utilizados para definição dos servidores em teletrabalho na sua Unidade – seja ele, pela avaliação desempenho, horário especial de estudante, servidores com mobilidade reduzida e outros, objetivando a decisão do gestor.	Recomendação implementada
				#1528820	Em execução	#1585772	8	Possibilitar a extração dos Relatórios Individuais Mensais do Sistema pelos administradores do Ponto Digital;	Recomendação implementada parcialmente
				#1529195	Em execução	#1585775	9	Capacitar os servidores, no sentido a utilizarem ferramentas de planejamento para mensuração e controle das entregas da área;	Recomendação não implementada
				#1529197	Em execução	#1585781	10	Definir Plano de Atividades Anual, a ser acordado junto ao Gabinete da Seplag, com o fechamento via Relatório Anual, a fim de nortear o desenvolvimento das ações mensais dos setores, e, ser possível realizar o acompanhamento das entregas mediante percentual de atendimento, aderente ao Planejamento Estratégico do órgão;	Recomendação implementada parcialmente
				#1529201	Em execução	#1585791	11	Verificar a possibilidade de implementar no sistema funcionalidade que permita ao o gestor/chefia imediata, ao cadastrar a meta, vincular um ou mais instrumentos de planejamento. No caso em tela, incluir o campo também para os casos em que não há informações suficientes para fazer essa avaliação e/ou que não há	Recomendação implementada

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
								aderência entre as entregas realizadas e metas pactuadas ao Planejamento Estratégico	
				#1529205	Em execução	#1585798	12	Implementação do Plano de Atividades Anual, a ser acordado junto ao Gabinete e alinhado ao Planejamento Estratégico do Órgão, bem como o fechamento via Relatório de Atividades Anual, conforme recomendação elencada à questão	Recomendação implementada parcialmente
				#1529206	Em execução	#1585812	13	Adotar ferramentas e/ou mecanismos para avaliar aspectos relativos a racionalização do trabalho e economicidade na alocação de recursos humanos e materiais, inclusive analisando a viabilidade deste ponto ser analisado mediante Grupo Gestor do Teletrabalho, instituído no órgão.	Recomendação implementada parcialmente
				#1529207	Em execução	#1585820	14	Realizar um estudo/pesquisa/questionário e submeter aos servidores da Seplag com o intuito verificar se houve aumento na qualidade de vida dos servidores em teletrabalho.	Recomendação implementada parcialmente
				#1529221	Em execução		15	Esclarecer o porquê do aumento das rubricas de locação de bens imóveis e de tarifa de energia elétrica;	Recomendação implementada parcialmente
				#1529223	Em execução		16	Estabelecer controles e/ou indicadores que possibilitem o acompanhamento contínuo de custos operacionais passíveis de redução pela implementação de teletrabalho.	Recomendação implementada parcialmente
				#1529224	Em execução	#1585837	17	Reestruturar o questionário do Relatório Trimestral, buscando analisar quais informações gerenciais seriam essenciais de serem coletadas junto aos gestores, e a verificação da viabilidade em objetivar as respostas, para posterior tabulação e análise;	Recomendação não implementada
				#1529225	Em execução	#1585847	18	Reforçar outros meios para avaliação e monitoramento dos resultados pelo Grupo Gestor, atentando-se à observância de critérios mensuráveis de atingimento de metas, de observância ao Decreto e Resolução, de economicidade de custos e outros, isto é, de monitoramento fático da efetividade da política.	Recomendação implementada parcialmente

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
				#1529233	Em execução	#1585865	19	<p>Analisar a viabilidade de desenvolvimento de indicadores, tais quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Indicador de atingimento de metas; o Indicadores para apontar realização dentro dos ditames da Resolução e Decreto – Exemplo: mediante a marcação de ponto, identificar a frequência/regularidade dentro da modalidade possibilitada; o Indicador para atingimento das metas consolidadas no plano estratégico – Exemplo: foi atendido 40% das atividades propostas no Plano Anual acordado junto ao Gabinete, ao final do primeiro semestre. 	Recomendação implementada parcialmente
Relatório de Auditoria	1175559	Avaliação da gestão da Bolsa de Materiais	13/12/2022	#1380082	Concluído	#1565370	1	Recomendação 1 - Recomenda-se que a Administração da Bolsa de Materiais verifique a viabilidade de destinar telefone(s) (celular(es)) institucional(is) aos servidores nela alocados, bem como estabeleça outros canais corporativos como o chat no Teams (e/ou WhatsApp Business) e e-mail, com múltiplos atendentes e mensagens previamente elencadas para preenchimento do requerente ou concedente (Ex: órgão solicitante/concedente, material requisitado/a ser destinado, quantidade, se há possibilidade de transporte e outras)".	Recomendação implementada
				#1380131	Concluído	#1565376	2	Recomendação 2 - Recomenda-se disponibilizar estes canais de comunicação/contatos institucionais dentro da página eletrônica da Seplag, possibilitando o acesso, realização de tratativas e encaminhamentos aos demais servidores atuantes na Bolsa.	Recomendação implementada
				#1380148	Concluído	#1565387	3	Recomendação 3 - Recomenda-se realizar a disponibilização de agenda interna compartilhada entre a equipe e Bolsa de Materiais – “Outlook Calendar” ou outro meio institucional –, permitindo a gestão de conhecimento interno sobre a marcação de agendamentos e a desvinculação em apenas um servidor.	Recomendação implementada

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
				#1380169	Em execução	#1565397	4	Recomendação 4 - Recomenda-se que a Administração da Bolsa de Materiais estabeleça o Procedimento Operacional Padrão (POP), com a descrição detalhada de todas as operações necessárias para a realização das tarefas realizadas internamente, ou o roteiro/rotina padronizada para realizar as atividades. Desta forma, é possível realizar a gestão de conhecimentos dos procedimentos relacionados à Bolsa, bem como, garantir a perenidade do funcionamento deste instituto, cujo objeto é estratégico no Estado.	Recomendação implementada parcialmente
				#1380181	Em execução	#1565420	5	Recomendação 5 - Recomenda-se ao CSC rever o fluxo da tramitação dos documentos fiscais no tocante aos bens destinados em dação em pagamento e/ou adjudicação, uma vez que tais bens são entregues diretamente aos órgãos recebedores/destinatários, ficando a Bolsa vulnerável na intermediação, obrigando-se a buscar tais documentos e fechar a contabilidade.	Recomendação implementada parcialmente
				#1380184	Em execução	#1565430	6	Recomendação 6 - Na impossibilidade de não gerar resultado positivo na mudança de fluxo, que a Seplag por meio do CSC escreva nova redação com vistas a mudança na legislação, a fim de que seja compulsório o encaminhamento de documentação à Bolsa, mediante transferência de bens via dação em pagamento e/ou adjudicação.	Recomendação implementada parcialmente
Relatório de Auditoria	992160	Avaliação da gestão dos serviços de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do âmbito da SEPLAG	27/06/2022	#1383481	Em execução	Incluir pós monitoramento	1	Anexar nas pastas funcionais dos médicos peritos os formulários de serviço externo, previsto na Resolução nº 10/2004, para os casos previstos na Resolução SEPLAG nº 13, de 03/04/2018 ou documentação comprobatória que justifique a ausência, conforme previsto no art. 11 e art. 16, inciso I da Resolução SEPLAG nº 73/2018	Recomendação implementada parcialmente
				#1383506	Em execução	Conferir com a Adriana - Não visível para "Coordenador"	2	Avaliar a conveniência e oportunidade da implementação do prontuário eletrônico, ou medida alternativa, com objetivo de uma maior celeridade no acesso às informações, informando a esta CSET eventuais prazos de adoção e execução;	Recomendação implementada parcialmente

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
Relatório de Auditoria	1176487	Avaliação da Gestão da Bolsa de Materiais	15/12/2022	#1383518	Em execução	Conferir com a Adriana - Não visível para "Coordenador"	3	Apresentar proposta de cronograma com as medidas, prazos e responsáveis para aprimorar a infraestrutura física, de pessoal e tecnológica da SCPMSO e Núcleos Regionais.	Recomendação implementada parcialmente
				#1383523	Em execução	Incluir pós monitoramento	4	Verificar junto aos desenvolvedores do Sistema RH Responde uma forma de adaptá-lo para se evitar o uso indevido por servidores que já foram avaliados pelos médicos peritos, em determinado período de licença, solicitarem nova perícia, além da identificação de outras possíveis vulnerabilidades relacionadas à SCPMSO	Recomendação implementada parcialmente
				#1380182	Em execução	Incluir pós monitoramento	1	Recomenda-se que a Administração da Bolsa de Materiais verifique a viabilidade de destinar telefone(s) (celular(es)) institucional(is) aos servidores nela alocados, bem como estabeleça outros canais corporativos como o chat no Teams (e/ou WhatsApp Business) e e-mail, com múltiplos atendentes e mensagens previamente elencadas para preenchimento do requerente ou concedente (Ex: órgão solicitante/concedente, material requisitado/a ser destinado, quantidade, se há possibilidade de transporte e outras)".	Recomendação implementada parcialmente
				#1380131	Em execução	Incluir pós monitoramento	2	Recomenda-se disponibilizar estes canais de comunicação/contatos institucionais dentro da página eletrônica da Seplag, possibilitando o acesso, realização de tratativas e encaminhamentos aos demais servidores atuantes na Bolsa.	Recomendação implementada parcialmente
				#1380148	Em execução	Incluir pós monitoramento	3	Recomenda-se realizar a disponibilização de agenda interna compartilhada entre a equipe e Bolsa de Materiais – “Outlook Calendar” ou outro meio institucional –, permitindo a gestão de conhecimento interno sobre a marcação de agendamentos e a desvinculação em apenas um servidor.	Recomendação implementada parcialmente
				#1380169	Em execução	Incluir pós monitoramento	4	Recomenda-se que a Administração da Bolsa de Materiais estabeleça o Procedimento Operacional Padrão (POP), com a descrição detalhada de todas as operações necessárias para a realização das tarefas realizadas internamente, ou o roteiro/rotina padronizada para realizar as atividades. Desta forma, é possível realizar a gestão de conhecimentos dos procedimentos	Recomendação consolidada em outra recomendação

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
								relacionados à Bolsa, bem como, garantir a perenidade do funcionamento deste instituto, cujo objeto é estratégico no Estado.	
				#1380181	Em execução	Incluir pós monitoramento	5	Recomenda-se ao CSC rever o fluxo da tramitação dos documentos fiscais no tocante aos bens destinados em dação em pagamento e/ou adjudicação, uma vez que tais bens são entregues diretamente aos órgãos recebedores/destinatários, ficando a Bolsa vulnerável na intermediação, obrigando-se a buscar tais documentos e fechar a contabilidade.	Recomendação implementada parcialmente
				#1380184	Em execução	Incluir pós monitoramento	6	Na impossibilidade de não gerar resultado positivo na mudança de fluxo, que a Seplag por meio do CSC escreva nova redação com vistas a mudança na legislação, a fim de que seja compulsório o encaminhamento de documentação à Bolsa, mediante transferência de bens via dação em pagamento e/ou adjudicação.	Recomendação implementada parcialmente
Gerenciamento de Riscos	1265302	Avaliação do Gerenciamento de Riscos do Processo de Credenciamento das Instituições Financeiras para Empréstimos Consignados	27/07/2022	#1385587	Em execução	Incluir pós monitoramento	1	Alteração da Lei nº 19.490/2011 e do art. 7º do Decreto nº 46.278/2013, no que concerne à diminuição da documentação exigida nos cadastramentos e recadastramentos das entidades consignatárias.	Recomendação implementada parcialmente
Relatório de Auditoria	991713	Avaliação do credenciamento das instituições financeiras para empréstimos consignados	13/12/2022	#1378207	Em execução	Incluir pós monitoramento	1	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 1 - Implantar procedimento padrão para ordenar os documentos que compõem os processos de credenciamento.	Recomendação implementada parcialmente
				#1378301	Concluído	#1414165	2	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 2 - Estabelecer mecanismos de controle para cobrar tempestivamente os dados das entidades consignatárias com a documentação a vencer e vencidas.	Recomendação implementada

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
				#1378305	Em execução	Incluir pós monitoramento	3	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 3 - Instaurar Processo Administrativo de descredenciamento das entidades que não apresentaram documentação de forma tempestiva.	Recomendação implementada parcialmente
				#1378323	Em execução	Incluir pós monitoramento	4	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 4 - Proceder à validação dos recadastramentos de forma tempestiva, em obediência ao que preceitua o Decreto 46.278/2013, art. 8º.	Recomendação implementada parcialmente
				#1378328	Em execução	Incluir pós monitoramento	5	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 5 - Ajustar os processos de recadastramento para que as entidades que não obedecerem aos prazos sejam impedidas de continuar operando a consignação;	Recomendação implementada parcialmente
				#1378333	Em execução	Incluir pós monitoramento	6	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 6 - Implantar controle de alertas automáticos no sistema quando do vencimento do prazo de recadastramento;	Recomendação implementada parcialmente
				#1378336	Em execução	Incluir pós monitoramento	7	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 7 - Implantar rotinas de tratamento de dados que devem ser capazes de identificar consignatários que estão com documentações pendentes.	Recomendação implementada parcialmente
				#1378468	Em execução	Incluir pós monitoramento	8	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 8 - Manter o mesmo nº de processo SEI para os recadastramentos futuros de uma mesma consignatária, obedecendo ao princípio da continuidade baseando-se numa narrativa sequencial e cronológica dos atos	Recomendação implementada parcialmente
				#1378470	Em execução	Incluir pós monitoramento	9	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 9 - Verificar a possibilidade de programar o sistema de uma maneira que impossibilite inclusão de novos cadastramentos sem que seja utilizada a numeração anterior;	Recomendação implementada parcialmente
				#1378474	Em execução	Incluir pós monitoramento	10	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação - 10. Alterar no ConsigWeb a redação do “tipo” de consignação de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 46.278/2013 (compulsória ou facultativa).	Recomendação implementada parcialmente

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
				#1378475	Em execução	Incluir pós monitoramento	11	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 11 - Proceder atualização dos registros dos representantes legais.	Recomendação implementada parcialmente
				#1378492	Em execução	Incluir pós monitoramento	12	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 12 - Realizar estudo sobre a viabilidade econômica do processo de consignação para o Estado.	Recomendação implementada parcialmente
				#1378498	Concluído	#1413313	13	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 13 - Certificar de que as travas do Consigweb estão obedecendo às restrições operacionais dispostas nos incisos I, II e III, do art. 13, do Decreto 46.278/2013.	Recomendação implementada
				#1378500	Em execução	Incluir pós monitoramento	14	Relatório de Auditoria 991713 - Recomendação 14 - Certificar de que as travas do ConsigWeb estão obedecendo as margens, limites e condições estabelecidas pelo art. 12 do Decreto 46.278/2013.	Recomendação implementada parcialmente
				#1412790	Concluído	#1417436	15	Recomendação 15 - Estabelecer mecanismos de controle para cobrar tempestivamente os dados das entidades consignatárias com a documentação a vencer e vencidas;	Recomendação implementada
				#1412791	Concluído	#1417462	16	Recomendação 16 - Estabelecer rotina de alimentação/atualização de dados no sistema;	Recomendação implementada
				#1412792	Concluído	#1450819	17	Recomendação 17 - Notificar a entidade que se encontra com a documentação vencida, para regularizar no prazo de trinta dias o recadastramento;	Recomendação implementada
				#1412794	Concluído	#1417957	18	Recomendação 18 - Promover a instrução processual de novos cadastramentos e recadastramentos no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, em obediência ao Decreto Estadual nº 47.228/2017.	Recomendação implementada
				#1412795	Concluído	#1452263	19	Recomendação 19 - Apresentar justificativa da não utilização dos números 65, 82, 93, 99 e 100.	Recomendação implementada
				#1412796	Concluído	#1418093	20	Recomendação 20 - Cadastrar os 70 CNPJ das entidades que se encontram com o CNPJ em branco no banco de dados do ConsigWeb.	Recomendação implementada

Produto	Nº do documento	Objeto	Data de emissão	Recomendações nº da tarefa no e-aud (monitoramento)	Status no e-aud	Nº do e-aud da Minuta de Posicionamento / Considerações do auditor	Nº	Recomendação de auditoria (buscar do relatório de auditoria)	Status
				#1412797	Concluído	#1452583	21	Recomendação 21 - Apresentar nova tabela - Entidades em formato xml e csv, com a implementação da recomendação anterior.	Recomendação implementada
				#1412798	Concluído	#1418105	22	Recomendação 22- Conferir os CNPJ tidos como inválidos, sendo possível cadastrar corretamente no ConsigWeb, não sendo, aplicar o dispõe o Decreto nº 46.278/2013;	Recomendação implementada
				#1412800	Concluído	#1419369	23	Recomendação 23 - Apresentar justificativa a respeito dos 7 CNPJ inválidos cadastrados no ConsigWeb e adotar medidas para corrigir a inconsistência.	Recomendação implementada
				#1412802	Concluído	#1419353	24	Recomendação 24 - Corrigir os 3 CPF que se encontram em branco no ConsigWeb e analisar os demais para que este erro não ocorra.	Recomendação implementada
				#1412806	Concluído	#1419503	25	Recomendação 25 - Certificar de que as travas do ConsigWeb estão obedecendo à restrição no que diz respeito às parcelas para empréstimo financeiro pessoal.	Recomendação implementada

APÊNDICE C – RESULTADO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS REALIZADOS PELA AUDITORIA-GERAL - CGE

Tabela 03 - Documentos técnicos de auditoria emitidos em 2023 – Auditoria-Geral/CGE – UO 1501

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
1161003	1170854	Concluída	CGE - Relatório Final	Auditoria baseada em riscos no processo de convênios de entrada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão- SEPLAG	08/02/2022	29/12/2023	27/03/2023			
1303329	1408217	Concluída	CGE - Item de Trabalho (Projeto)	Apuração de Denúncias - Análise de inconformidade em relação ao EDITAL SEPLAG/UEMG 08/2014	07/06/2022	07/02/2024	05/04/2023	N/A	N/A	N/A
1493282	1493288	Concluída	CGE - Relatório Final	Estudo sobre o teletrabalho	02/05/2023	29/12/2023	29/12/2023	Considerando a análise feita em relação aos órgãos e entidades selecionados verificou-se o descumprimento, por parte da FHEMIG, do IPSEMG, da FUNDAÇÃO HEMOMINAS, da SEE e da SEJUSP, do previsto no inciso IV do art. 6º do Decreto nº 48275/2021, que determina a realização de estudo ou o desenvolvimento de parâmetros de produtividade, que não houve redução da capacidade de atendimento ao público, com a adoção do regime de teletrabalho, na SEE, na SES, na SEF, na Fundação	1- Que a FHEMIG, o IPSEMG, a Fundação HEMOMINAS, a SEE e a SEJUSP realizem os estudos ou parâmetros de produtividade; 2- À SEPLAG e FHEMIG que apresentem documentos e ou informações que comprovem a manutenção do atendimento ao público, conforme previsto no artigo art. 7º, inciso II, do Decreto nº 48275/2021; 3- Providenciar as assinaturas necessárias no Requerimento de Autorização Excepcional para realização do teletrabalho na modalidade integral de 4 servidores identificados na situação encontrada, sendo 1 servidor da SEE, e 3 da	Em monitoramento

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
								HEMONINAS no IPSEMG e na SEDESE. Contudo, não foi possível avaliar adimplemento deste item em relação à SEPLAG e à FHEMIG, que os relatórios gerenciais circunstanciados elaborados pelo grupo gestor avaliaram e monitoraram os resultados da Política de Teletrabalho e, segundo as informações prestadas nos relatórios, de maneira geral, as entregas e as metas vêm sendo cumpridas. Os órgãos e entidades selecionados apontaram o aumento da produtividade e destacaram como benefícios a retenção de mão de obra, o maior comprometimento dos servidores e principalmente a melhoria na qualidade de vida do servidor.	FUNED, haja vista já terem sido adotadas providências em relação aos outros quatro servidores da SEPLAG; 4- Apresentar o relatório de profissional especializado responsável pelo atendimento/tratamento do dependente constando quantidade de dias na semana, horários das consultas/sessões e período estimado de tratamento de 3 servidores da FUNED; 5- Apresentar nos respectivos processos SEI com a documentação de solicitação de teletrabalho na modalidade integral, o requerimento da avaliação pericial de 2 servidores, sendo 1 da SEJUSP e o outro da SEF; 6- Apresentar comprovação de marcação da avaliação pericial junto à Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional - SCPMSO/SEPLAG de 2 servidores, 1 da SEE e 1 da SEJUSP;	
1266050	1332548	Concluída	CGE - Relatório Final	Trilha auditoria - servidores à disposição sem ônus para o Estado	01/03/2022	02/01/2024	13/09/2023	1) Pagamentos indevidos à servidores do Estado de Minas Gerais em afastamento sem ônus. 2)Riscos de informações desatualizadas/incorretas de servidoras em Licença para acompanhar marido. 3)Indícios de recebimento indevido de Giefs (Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços) durante	1) R1 - Informar a conclusão do Processo de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente nº 002/2023 relativo ocorrência do pagamento indevido ao servidor Masp 1436051-5: 2)R1 - Verificar pagamento indevido da Servidora da SEPLAG MASP 753.138-7 no valor de R\$ 2.520,36, e caso seja confirmado, realizar os procedimentos necessários para a devolução do valor pago indevidamente.	

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
								período de licença sem ônus e riscos de dados desatualizados/incorretos	<p>R2 - Verificar se houve o efetivo ressarcimento dos débitos de servidor da SEE lançados em ocorrências no SISAP: Masp: 14280796 – Valor R\$ 5.823,21.</p> <p>3)R1 - Verificar pagamento indevido de Giefs a servidoras MASP 12643540 (R\$ 10.329,25) e 13736194(R\$ 6.565,56), durante período de Licença para acompanhar marido, e caso seja confirmada a irregularidade.</p> <p>R2 - Verificar se as 3 servidoras (MASP: 5988563, 2995991 e 10720910) que encontram-se em licença para acompanhar marido há mais de 10 anos, preenchem os requisitos necessários para a permanência nesta licença.</p>	
999058 e 969153	999821	Concluída	CGE - Relatório Preliminar	Afastamento para Estudo	21/06/2021	11/04/2023	30/03/2023	<p>Diante do levantamento dos afastamentos integrais para participação de servidores em cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior, no período de 2009 a 13/9/2019, conclui-se que em geral os servidores que se afastam de suas atividades para participação em cursos apresentam a comprovação de conclusão do mesmo e que os casos onde essa comprovação não foi solicitada ou apresentada devem ter a sua regularidade avaliada caso a caso.</p> <p>Sugere-se o encaminhamento desta Nota de Auditoria ao Ministério</p>	<p>Sugere-se o encaminhamento desta Nota de Auditoria ao Ministério Público de Contas para conhecimento e avaliação da regularidade dos afastamentos onde não foram apresentados os comprovantes de conclusão do curso se assim entenderem conveniente e oportuno.</p>	Em monitoramento

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
								Público de Contas para conhecimento e avaliação da regularidade dos afastamentos onde não foram apresentados os comprovantes de conclusão do curso se assim entenderem conveniente e oportuno.		
1466340	1490970	Concluída	CGE - Relatório Final	Auditoria Continua – Trilha - Verificar se existem servidores ocupando as funções de sócio administrador ou gerente de empresas, contrariando a vedação prevista na Lei nº 869/1952.	01/06/2023	29/12/2023	29/12/2023	<p>1)Foram identificados 1421 servidores públicos efetivos que são sócios de empresas mercantis em 29 órgãos/entidades, que apresentam indícios de vínculos irregulares com empresas mercantis, deste total, 1.307 servidores estão na condição de sócios administradores e os demais (114) estão na condição de sócios de sociedades unipessoais, quais sejam, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Empresário Individual.</p> <p>2)A campanha para atualização dos dados de servidores que tem vínculos com empresas junto à Jucemg foi realizada no período de 10 a 30 de julho 2023, porém do cruzamento de dados realizados posteriormente a campanha, não foi identificada nenhuma ocorrência de atualização de cadastro na Jucemg de servidor identificado como sócio administrador de empresa.</p>	<p>1)A cargos dos Controladores Setoriais/Seccionais: Solicitar a regularização da situação dos servidores que estejam na condição de sócios administradores, junto as respectivas unidades de recursos humanos dos órgãos/entidades, e se for o caso, instaurar procedimentos de responsabilização.</p> <p>2)NA</p>	Em monitoramento

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
1433616	1433627	Concluída	CGE - Item de Trabalho (Projeto)	Auditoria Contínua - Trilha - Desincompatibilização - 2022	01/10/2022	01/10/2022	30/03/2023	Somente um caso de descumprimento da legislação.	Proceder a análise da desincompatibilização do servidor MASP 13100724-8, confirmar a data do seu efetivo retorno, e conforme for proceder o desconto dos dias não trabalhados.	Em monitoramento
1234346	1240585	Concluída	CGE - Relatório Final	Trilhas de Auditoria - CAGEF	20/04/2022	22/06/2023	22/06/2023	Existência de cadastros de fornecedores de Microempresas e Empresas Individuais que são servidores ativos e receberam salários. Existência de processos de compras, com possível conflito de interesse, de fornecedores de Microempresas e Empresas Individuais que são servidores ativos e receberam salários.	i) Avaliar a viabilidade de implementar melhorias no CAGEF, para que tenha integração contínua e periódica com o SISAP, possibilitando a análise e o bloqueio de cadastros de fornecedores microempresários e empresas individuais em desacordo com as normas legais regulamentares; ii) Avaliar a viabilidade de implementar mecanismos e rotinas de cruzamento entre o CAGEF e o SISAP, para gerar alertas automatizados no Portal de Compras concernentes a outros tipos de sócios e representantes, possibilitando a melhoria na gestão dos riscos de contratação inadequada e com potencial conflito de interesses; iii) Estabelecer Plano de Ação com as medidas factíveis no atual momento para prevenir e verificar, periodicamente, possíveis situações de cadastro irregular de fornecedores e o risco de conflitos de interesses na contratação desses fornecedores pelos órgãos e entidades estaduais, considerando o contexto de incertezas informado pela SEPLAG quanto à situação do CAGEF e à implementação do sistema de registro cadastral unificado previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; iv) Disponibilizar consultas no Portal	Em monitoramento

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
									<p>de Compras MG, permitindo pesquisas por nome ou CPF/CNPJ do fornecedor para as áreas de Cotação Eletrônica e Processos de Compra, da mesma forma que atualmente é disponibilizado para a área de Registro de Preços; v) Aperfeiçoar o SISAP no que tange à completude das informações de lotação e exercício do servidor, de modo a tornar obrigatório o preenchimento dos campos “Instituição de Lotação”, “Instituição de Exercício” e “Unidade de Exercício”; e, vi) Sanear as inconformidades apontadas com relação aos servidores listados como fornecedores microempresários ou empresários individuais.</p> <p>i) Avaliar a viabilidade de integração contínua do CAGEF com o SISAP para analisar e bloquear cadastros irregulares de fornecedores; ii) Implementar mecanismos de alerta automatizado entre o CAGEF e o SISAP, no Portal de Compras para identificar potenciais conflitos de interesses; iii) Estabelecer Plano de Ação para prevenir cadastros irregulares de fornecedores, considerando o contexto de incerteza informado pela Seplag quanto À situação do CAGEF; iv) Permitir consultas no Portal de Compras por nome ou CPF/CNPJ do fornecedor para as áreas de Cotação Eletrônica e Processos de Compra; v) Aperfeiçoar o SISAP, tornando obrigatório o preenchimento de</p>	

Tarefa Principal	Tarefa do produto	Estado	Atividade	Título da tarefa	Data de Início	Data de Conclusão da Tarefa no e-Aud	Data de Emissão do Produto	Achados	Recomendações	Status
									informações de lotação e exercício do servidor; vi) Sanar as inconformidades de servidores listados como fornecedores microempresários ou empresários individuais.	

APÊNDICE D.1 – RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

<p>Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:</p> <p>- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019</p> <p>- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;</p> <p>- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)</p> <p>- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)</p>					
Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
As despesas que não obedecerem a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades deverão ser justificadas antecipadamente com relevantes razões de interesse público e as prévias justificativas da autoridade competente devem ser publicadas no Diário Oficial Minas Gerais.	Evitar o descumprimento do art.5, caput da lei 8.666/93	Publicação das razões de interesse público e prévia justificativa da autoridade competente	DCF/SPGF	31/12/2020	<p>1º acompanhamento (26/11/2020):</p> <p>A SPGF segue o procedimento regular, mas ocorrem casos que fogem à nossa alçada, tal como a ausência de disponibilidade financeira por parte da SEF para pagamento das despesas e o envio de notas realizado tardiamente pelos gestores/fiscais de contrato. (Com relação ao último ponto, temos atuado de forma a conscientizar os gestores sobre o envio das NF dentro do prazo (Memorando-Circular n.º 8/2020/SEPLAG/SPGF: Orientações quanto ao envio de Notas Fiscais para a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF).</p> <p>Recomendação Implementada Parcialmente: Justificado na Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020.</p> <p>2º acompanhamento (20/04/2021):</p> <p>Encaminhamento da planilha Ordem Cronológica 2020 - CSET (SEI n.º 29171953) conforme orientado e realização de observações sobre as dificuldades encontradas e acerca do fluxo de pagamentos, pela Diretoria de Contabilidade e Finanças, no Memorando.SEPLAG/DCF.n.º 141/2021, Protocolo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67.</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					Recomendação Implementada Parcialmente: Justificada
Enviar a CSET os processos que geraram ônus financeiros adicionais para avaliação quanto a apuração de responsabilidades	Evitar que ocorra a imposição de multas e juros sobre os pagamentos a serem efetuados e dano ao erário a SEPLAG	Encaminhamento ao NUCAD da CSET	DCF/SPGF	31/08/2020	1º acompanhamento (26/11/2020): Realização de levantamento dos processos que geraram ônus financeiros para encaminhamento de relatório à CSET. Recomendação Implementada: Segue anexo a Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020.
Cancelar saldos a pagar não liquidados	Evitar o descumprimento do art.6º, do Decreto 47.755/2019	Acesso ao SIAFI e determinação de cancelamento	DCF/SPGF	30/09/2020	1º acompanhamento (26/11/2020): Segue-se o prazo estipulado pelo Decreto de Encerramento de Exercício para realização dos cancelamentos. No entanto, os RPNP que ainda persistem são casos excepcionais que possuem justificativas feitas pelos gestores para sua manutenção (Será encaminhada listagem com as justificativas à CSET). Recomendação Implementada Parcialmente: Segue anexo a Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020 com as justificativas. Houve uma limpa na base, mas alguns saldos ainda persistem devido ao ateste de subsistência pelos gestores. O cancelamento de saldos subsistentes onera o exercício corrente. 2º acompanhamento (20/04/2021):

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019

- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;

- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					Realização do pleito ao COFIN (Processo SEI 1500.01.0051104/2021-63) que aprovou a manutenção dos RPNP. A área gestora tem realizado circularizações bimestrais junto aos fiscais e gestores de contrato a fim de minimizar os saldos insubsistentes na conta contábil 6.3.1.1 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar. (Memorando.SEPLAG/DCF.n.º 141/2021, Protocolo SEI n.º 29160949).
					Recomendação implementada
Baixar no Portal de Compras os contratos encerrados e cancelados	Evitar manutenção de saldo contratual indevido, disponibilizando a utilização dos recursos	Acesso ao portal de compras e baixa dos contratos	Gestores responsáveis pelos contratos e DLA/SPGF	31/12/2020	1º acompanhamento (26/11/2020): Os gestores estão sendo notificados e alertados mensalmente sobre a necessidade de se solicitar um “nada consta” à empresa para encerramento do contrato no Portal de Compras pela DLA. O passivo está, aos poucos, sendo regularizado, mas depende principalmente dos gestores/fiscais de contratos, uma vez que não podemos encerrar os contratos que não são de nossa responsabilidade sem sermos demandados. Recomendação Implementada Parcialmente: Segue anexo na Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020 com a listagem dos contratos. Houve um avanço nos encerramentos após reunião proposta pela SPGF para notificar os gestores, o que resultou na baixa de 62 contratos.

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>2º acompanhamento (20/04/2021):</p> <p>“A DLA iniciou o trabalho tendo um universo de 158 contratos vencidos e não encerrados no Portal de Compras, com um valor total correspondente a R\$87.258.904,62 de saldo em aberto. Foi criada uma orientação a ser encaminhada a todas as áreas, juntamente com a listagem de contratos sob sua responsabilidade.</p> <p>As ações tiveram como marco inicial uma reunião realizada pela Superintendente Larissa Rodrigues, onde apresentou a ação a ser realizada sob a coordenação da DLA, junto à todas as áreas da SEPLAG que possuíam contratos na situação em pauta. Neste momento foram dadas orientações e esclarecidas várias dúvidas.</p> <p>Desde então, esta DLA vem atuando no encerramento dos contratos, orientação e auxiliando aos demandantes, além de efetivar os lançamentos no Portal.</p> <p>Hoje temos um número de 122 contratos com situação regularizada no Portal de Compras, representando uma redução de aproximadamente 77% do passivo inicial, e uma redução de R\$ 52.025.511,48, nos saldos em aberto.” (Memorando.SEPLAG/DLA.n.º 363/2021, Protocolo SEI n.º 28440914)</p> <p>Todos os demais contratos ainda pendentes de encerramento, estão devidamente justificados pelos seus gestores e tendo sua evolução monitorada periodicamente por esta DLA.</p> <p>3º Acompanhamento (04/11/2021)</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>Encaminhamento da planilha atualizada referente aos contratos que ainda permanecem pendentes de baixa no Portal de Compras.</p> <p>Memorando-Circular n.º 4/2021/SEPLAG/SPGF: Padronização do processo de encerramento de contratos, acompanhando o expediente um POP, check-list e fluxograma da atividade > passivo inicial já foi reduzido em R\$54.395.627,81.</p> <p>Elaboração de consulta jurídica acerca da aplicabilidade da hipótese de prescrição da pretensão de cobrança tratada no art. 206, §5º, I, do Código Civil, que foi acompanhada pela AJA, e vem sendo aplicada em alguns casos quando atinge-se o limite de 05 anos desde o seu encerramento sem nenhuma manifestação.</p> <p>Pendências que ainda existem (17 contratos): estão sob discussão no Judiciário, o que impede seu encerramento; em negociação com o fornecedor, aguardando a prescrição após o insucesso no retorno dos fornecedores; e, por fim, um caso atípico, relacionado ao contrato com a extinta Imprensa Oficial, no qual aguarda-se publicação de resolução da Segov orientando o cancelamento dos saldos existentes após a Deliberação Cofin n.º 02/2021. Todos devidamente justificados na planilha encaminhada (Protocolo SEI n.º 38092073)</p> <p>4º Acompanhamento (16/01/2023)</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019

- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;

- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>Tendo em vista o andamento da Recomendação de Auditoria, “Baixa dos contratos encerrados e cancelados no Portal de Compras”, o Memorando. SEPLAG/DLA.nº 100/2023 (60261819), referente ao Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, desde a pactuação da ação, uma série de diligências, foi adotada pela Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças e suas unidades, visando a efetiva baixa dos saldos de contratos vencidos no Portal de Compras e pendentes de encerramento.</p> <p>A Diretoria de Logística e Aquisições (DLA) iniciou o trabalho tendo um universo de 158 contratos na situação “vencido”, com um valor correspondente a R\$87.258.904,62 de saldo em aberto. Gradualmente, esse montante foi reduzido para 17 contratos, perfazendo o valor de R\$54.395.627,81. Desde o 3º acompanhamento sobre o cumprimento do plano de ação, mais 3 contratos foram encerrados, e que reduz em R\$561.329,40 o valor de saldo em aberto.</p> <p>Assim, consideramos que os contratos ainda pendentes dependem da atuação dos gestores e fiscais ou dos dirigentes das unidades, e apresentam maior dificuldade de encerramento por motivos diversos, incluindo litígio judicial, direito das sucessões, conclusão de acordos firmados pelo Estado, manifestação e cooperação dos fornecedores enquanto não se prescreve o direito à pretensão de cobrança.</p> <p>5º Acompanhamento (28/02/2024)</p> <p>Encerramento de contratos cujos saldos encontravam-se zerados ou insignificantes; e</p> <p><u>Recomendação implementada</u></p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019

- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;

- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
Revisão do fluxo de bens sob a carga patrimonial para aprimorar a inclusão e baixa de patrimônio	Evitar a perda de patrimônio	Ter uma gestão patrimonial mais efetiva	DLA/SPGF	31/10/2020	<p>1º acompanhamento (26/11/2020):</p> <p>Em elaboração até 31/10/2020, de Pendente implementação: O fluxo está sendo revisto e redesenhado, tal como consta na Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020, mas ainda não foi possível concluir os trabalhos.</p> <p>2º acompanhamento (20/04/2021):</p> <p>“Foram desenvolvidos o Relatório de Atividades e Escopo do processo de movimentação, documentos que norteiam o desenvolvimento do fluxo do processo; Foi adotado o uso do documento no SEI: “Guia de Movimentação de Bens Patrimoniais” para colher assinaturas dos servidores que estão recebendo a posse do bem. Com essa medida, estamos eliminando a emissão física da guia pelo SIAD e assinatura presencial dos servidores, além de tornar o arquivamento dos documentos mais célere, mais organizado e de fácil consulta quando necessário; Foi criada e publicada a Comissão de Avaliação de Bens Permanentes e de Consumo, para que possa ser avaliada a destinação adequada dos bens; e, Por fim, ainda temos o objetivo final de divulgação a todas as unidades, por meio de memorando circular, do fluxo do processo de movimentação de bens patrimoniais.” (Memorando.SEPLAG/DLA.n.º 363/2021, Protocolo SEI n.º 28440914)</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019

- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;

- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					Recomendação implementada
Divulgação e orientação sobre movimentação de bens sob a carga patrimonial para aprimorar a inclusão e baixa de patrimônio, após revisão do fluxo orientação sobre movimentação de bens sob a carga patrimonial para aprimorar a inclusão e baixa de patrimônio, após revisão do fluxo	Evitar a perda de patrimônio	Ter uma gestão patrimonial mais efetiva	DLA/SPGF	30/11/2020	1º acompanhamento (26/11/2020): Recomendação Implementada: Segue anexo a Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020. Recomendação Implementada
Baixa do valor de arrecadação de R\$ 19.600,00 do extinto DETEL	Acerto contábil	Retificação no registro de saldos no SIAD e SIAFI	DCF/SPGF	31/08/2020	1º acompanhamento (26/11/2020): Recomendação Implementada: Segue anexo a Nota Técnica n.º 6/SEPLAG/SPGF/2020. Recomendação Implementada

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
Regularização da diferença financeira entre a conciliação dos saldos registrados no SIAFI e SIAD no valor de R\$ 30.500,00 relativo ao inventário de bens móveis da Unidade Executora 1940010	Acerto contábil	Retificação do registro de saldos no SIAD e SIAFI	SCL/CSC	31/08/2020	<p>1º acompanhamento (26/11/2020):</p> <p>[Encaminhado à SCL/CSC]: Memorando.SEPLAG/SPGF.n.º 134/2020.</p> <p>2º acompanhamento (26/03/2021):</p> <p>“Assim, informo que a os saldos registrados no SIAFI e SIAD que apontavam uma diferença de R\$30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais) foram conciliados, desde junho de 2019. Dessa forma, não resta mais inconsistência entre os saldos existentes no SIAFI e SIAD. A conciliação pode ser comprovada através da planilha (23797575) do Relatório de Conciliação saldo físico/contábil dos bens móveis da Unidade Orçamentária 1941, que demonstra a diferença de R\$30.500,00 em março de 2019, e que em junho de 2019 já estava sanada, não restando nenhuma diferença”. (Memorando.SEPLAG/DCGL.n.º 23/2021, Protocolo 27318888).</p> <p>Recomendação implementada</p>
Adotar as providências cabíveis quanto a destinação adequada dos veículos em estado de conservação próprio para alienação ou doação para bolsa de materiais	Evitar o descumprimento do Capítulo V, do Decreto 47.622/2019	Medidas descritas na legislação para destinação como alienação ou doação	SCL/CSC	31/12/2020	<p>1º acompanhamento (26/11/2020):</p> <p>[Encaminhado à SCL/CSC]: Memorando.SEPLAG/SPGF.n.º 134/2020.</p> <p>2º acompanhamento (26/03/2021):</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>“Em relação ao apontamento sobre a destinação de veículos estocados, informo que desde abril/2020, conforme Ofício Circular SEPLAG/DCGL n.º. 5/2020 (13640794) o pátio de veículos foi fechado, portanto não há registro de nenhum veículo estocado fisicamente no referido pátio apto para baixa ou alienação. No entanto, conforme relatório do Armazém de Informações extraído em dezembro/2020, ainda haviam 17 veículos na unidade virtual 1941200, sendo 06 decorrentes de processos de cessão e permissão de uso, e outros 11 veículos cujas movimentações ocorrem apenas virtualmente, já que o bem não foi transferido fisicamente. Destes 11 veículos, 8 já foram devolvidos aos órgãos de origem.</p> <p>Assim, atualmente ainda existem 9 veículos na unidade 1941200, conforme relatório do Armazém de Informações extraído em 26 de março de 2021, sendo:</p> <p>06 passivos decorrentes de cessão/permissão ocorridas, em geral, na década de 1990; 02 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejus (HMG1653 e HMG5094); 01 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa (JJU1941).</p> <p>Destaco que estes 02 órgãos já foram comunicados reiteradas vezes para saneamento. Quanto aos 06 veículos de cessão/permissão, Administrações passadas contataram os beneficiários, porém os bens não foram localizados (27370654).” (Memorando.SEPLAG/DCGL.n.º 23/2021, Protocolo 27318888).</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>4º Acompanhamento (16/01/2023)</p> <p>Em atenção à Recomendação de Auditoria, “Providências quanto á destinação dos veículos”, o Memorando.SEPLAG/DCGL.nº 1/2023 (60023762), referente ao Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, traz esclarecimentos quanto ao Pátio de Veículos que teve suas atividades encerradas desde abril/2020, passando a guarda e conservação dos bens a responsabilidades dos órgãos e entidades proprietários, restando para a SEPLAG apenas a carga virtual. Não havendo veículos estocados fisicamente (pendentes de alienação) no Pátio.</p> <p>Conforme relatado dos últimos inventários, há 06 (seis) veículos na unidade administrativa 1941200, que tratam de bens cedidos ou permitidos o uso à municípios e entidades, em geral, na década de 1990. Tais veículos não foram devolvidos ao Estado quando da solicitação, sendo que 01 (um) veículo encontra-se com registro de furto e para os outros 05 (cinco) foi solicitado investigação à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais em 2015.</p> <p>Importante definir em conjunto com a unidade de controle desta SEPLAG, a linha de ação, haja vista terem se passado aproximadamente 30 anos e tais veículos, se ainda existentes, possuem valor venal irrisório.</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>5º Acompanhamento (28/02/2024)</p> <p>“Notificação formal pelo SEI dos gestores e fiscais dos contratos vencidos, assim como os gestores das unidades administrativas correspondentes.</p> <p>Para dar materialização a essas estratégias, foi expedida a Orientação de Serviço SEPLAG/SPGF nº 01/2023 (84129275), em 16/02/2023, que deu contornos relevantes sobre a forma de atuação para enfrentamento da questão à vista dos obstáculos e dificuldades observados para cumprir e fazer cumprir as determinações da Controladoria Setorial da Seplag e do Tribunal de Contas do Estado, formalizadas, dentre outros meios, exaustivamente neste expediente, julgadas, à época, como adequadas para o avanço na conclusão da ação</p> <p>Cabe registrar que, dos contratos vencidos entre 2022 e 2023, sete se encontravam com saldos zerados e foram encerrados de ofício por esta unidade, atestando a contemporaneidade das ações que permanecem para além do tratamento dado ao passivo observado em 2019 no Relatório de Auditoria e Gestão (RAG). Embora não haja reflexo nas contas contábeis, notadamente por seu saldo se encontrar zerado, reduz o número de instrumentos com ações pendentes de implementação no sistema para o seu efetivo fim:</p> <p>No passivo acompanhado por aquela unidade de controle interno, o Contrato nº 9197763, celebrado com a Prodemge, de responsabilidade da Diretoria Central de Gestão de Contratos (DCGCON), também foi encerrado. Ainda consideramos que os 12 contratos pendentes, em relação ao acompanhamento no Plano de Ação RAG 2019 (21850633), dependem da atuação dos gestores e fiscais ou dos dirigentes das unidades, e apresentam dificuldade de encerramento por motivos diversos, incluindo litígio judicial, direito das sucessões, conclusão de acordos firmados pelo Estado,</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>manifestação e cooperação dos fornecedores enquanto não se prescreve o direito à pretensão de cobrança, como informado noutras oportunidades. Dessas pendências, como consta no quadro abaixo, 2 contratos têm o encerramento sob competência da DCGCON, por ser a gestora da unidade 1501563, e não da DCCC, gestora da unidade 1501115.</p> <p>Como é sabido, compete ao gestor e fiscal de contrato zelar pela execução e o devido acompanhamento do ajuste, do seu início ao fim, como a Controladoria-Geral do Estado reconhece na Nota Técnica CGE nº 1520.1354.19 (8647085), contida no SEI nº 1500.01.0041719/2019-03. Não cabe à DCCC imiscuir-se na responsabilidade de baixar, por si própria, os contratos, por não os gerir diretamente e ter subsídios suficientes para atestar que os respectivos saldos são insubsistentes e não gerarão processos de indenização no futuro, sendo possível que as ações adotadas por esta unidade sejam diretamente acompanhadas pela Controladoria Setorial a partir dos processos SEI acima listados.</p> <p>Por fim, convém destacar que, desde a reorganização administrativa da Seplag promovida pelo Decreto Estadual nº 48.636/2023, esta unidade, por meio da atual gestão, vem diligenciando prontamente para solucionar definitivamente a questão, promovendo as notificações acima destacadas, resgatando as tratativas empreendidas antes mesmo de sua criação e atuando preventiva e imediatamente após o vencimento dos instrumentos, notificando os gestores oportunamente, realizando, ao todo, mais de 20 notificações e inúmeros alertas, como se vê pelo acompanhamento dos Contratos e outros ajustes da Seplag.</p> <p>Recomendação parcialmente implementada</p>
Existência de recomendação ainda pendente de ser	Observância dos apontamentos				1º acompanhamento (26/11/2020):

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019

- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;

- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
implementada do Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, informação essa registrada no Relatório referente à Prestação de Contas do exercício de 2018. Trata-se da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A.	realizados e pendentes da Prestação de Contas do exercício de 2018.				<p>Informamos que, devido ao quantitativo e variedade dos ativos e complexidade dos contratos alusivos aos editais do Pregão Presencial n.º 1501122000161/2009 e do Pregão Eletrônico 1561122 000027/2014, realizamos consulta junto a Superintendência Central de Logística (SCL) sobre questões que envolvem a incorporação dos bens, inclusive daqueles que tiveram atualização tecnológica na execução dos contratos.</p> <p>Encaminhamos anexos os memorandos com os questionamentos, com a resposta da SCL, com as dúvidas remanescentes desta Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa (aguardando resposta) e com solicitação de retorno à SCL – Documentos SEI n. 19831100, 19831209, 19831321, 19831492.</p> <p>Posterior ao recebimento da nova resposta da SCL, avaliaremos os próximos passos e solicitaremos parecer à Assessoria Jurídica sobre a questão, especialmente no que concerne à definição de valor dos bens.</p> <p>Informamos também que, já considerando legislações vigentes e as respostas obtidas, solicitamos junto à Superintendência de Planejamento e Gestão (SPGF) da SEPLAG a atualização e formalização de comissão de reavaliação de bens para auxiliar no processo de incorporação destes ativos. A Resolução SEPLAG n.º 041, de 13 de maio de 2020, que constitui a Comissão de Reavaliação de Material Permanente foi publicada em 15 de maio de 2020 (anexa – Documento SEI n. 19831683). (Memorando.SEPLAG/CECAD-ASSESSORIA.n.º 42/2020. Protocolo SEI n.º 19830731)</p> <p>(...)</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>2º acompanhamento (22/04/2021):</p> <p>“(…) o processo foi devolvido pela Superintendência Central de Logística com informações referentes aos questionamentos, conforme Memorando.SEPLAG/CECAD-PATRIMÔNIO.n.º 4/2021.</p> <p>4º Acompanhamento (16/01/2023)</p> <p>Por fim, em resposta e considerando a Recomendação de Auditoria, “Observância das recomendações Relatório de Auditoria nº 1500.0249.18”, o Memorando.SEPLAG/CECAD-PATRIMÔNIO.nº 2/2023 (60481804), referente ao Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, a Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa (CECAD) solicitou a PRODEMGE, relatório de informações sobre os telefones instalados na Cidade Administrativa. Em 2022, foi realizado um levantamento dos telefones dos prédios Minas e Gerais da Cidade Administrativa com informações detalhadas de sua localização, totalizando 8.082 equipamentos.</p> <p>Visto que os telefones ainda não possuem plaquetas de identificação com código de barras que possam ser lidas por coletores de dados, o levantamento foi realizado manualmente. Inicialmente foram priorizados os telefones e os prédios Minas e Gerais, devido ao volume de bens e complexidade técnica de alguns equipamentos a serem incorporados, optou-se por fazer a incorporação em fases.</p>

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º 1520.01.0006174/2020-67, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019
- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;
- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)
- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					5º Acompanhamento (21/12/2023) Em resposta e considerando a Recomendação de Auditoria, referente ao Relatório de Auditoria nº 1500.0249.18, o Memorando.SEPLAG/ICA-DP.nº 30/2023 (79293763), referente ao Processo SEI nº 1520.01.0003864/2023-57, a Diretoria de Patrimônio e Layout (ICA-DP), informou que em consulta ao SIAD, no campo “consulta patrimônio por número”, para o item de patrimônio 107500922 consta a data tombamento: 31/08/2023 e no campo “Consulta - Histórico da Movimentação do Patrimônio” consta a data de incorporação: 05/02/2010. Considerando se tratar de um bem classificado como estocado, e sem movimentação no SIAD desde sua incorporação, solicita-se o esclarecimento se de fato este bem está estocado ou em uso? Também, solicita-se o esclarecimento sobre a permanência do bem pelo período de 13 anos em estoque? Por fim, requere-se a justificativa de não ter sido realizada a reavaliação/depreciação deste bem, tendo em vista que foi incorporado em 2010. (Obs.: este bem foi selecionado de maneira exemplificativa, embora tenha sido observada situação semelhante para demais bens da mesma natureza/especificação). O patrimônio 107500922 (APARELHO TELEFONICO IP - 320 X 222 PIXEL; 2 PORTAS ETHERNET 10BASE-T/100BASE-TX/1000BASE-T; CISCO; ETHERNET 10BASE-T/100BASE-) foi incorporado à carga patrimonial da Intendência da Cidade Administrativa em 31/08/2023 e, assim como os demais aparelhos telefônicos, encontram-se em situação atípica. Estes equipamentos compõem o objeto de contrato de prestação de serviços, tipo leasing, em que os equipamentos disponibilizados passariam a carga do contratante no final da contratação, o que ocorreu em 2014. Informações detalhadas sobre

Plano de Ação relacionado à: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, diante dos apontamentos do Relatório de Auditoria de Gestão, RAG, da unidade orçamentárias 1502 – Exercício 2019, elencado ao Processo SEI n.º **1520.01.0006174/2020-67**, bem como, aos apontamentos dos documentos relacionados a este, que seguem:

- Nota Técnica N.º 1500.0704.20 emitida em 20/07/20, que trata dos apontamentos das pendências relatadas nos Relatórios de Auditoria de Gestão das unidades orçamentárias 1501, 1502, 1941, 1701 e 4521 – Exercício 2019

- Relatório de Auditoria N.º 1500.0249.18, que trata da incorporação patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato n.º 819/2009, celebrado entre a CAMG/SEPLAG e o Consórcio Minas Gerais Ltda., formado pelas empresas CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. e Net Service S/A;

- Relatório de Auditoria n.º. 1500.1737.18; emitido em 28/12/2018, trata-se da avaliação da regularidade e da gestão do contrato administrativo n.º 9081658/2016 (antigo 146/2012) celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a empresa JAM SOLUÇÕES PREDIALS LTDA. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

- Relatório de Avaliação de Efetividade n.º. 1500.1253.19, que trata da avaliação das despesas incorridas na U.O. 1502, bem como, a regularidade da gestão do contrato celebrado com a empresa JAM Soluções Prediais Ltda. (Processo SEI n.º 1520.01.0001593/2018-85)

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>o processo de incorporação estão expostas no processo <u>1500.01.0049732/2023-47</u> e processos relacionados.</p> <p>A data de tombamento, em termos de SIAD, se refere ao momento do registro do ingresso do material como bem público e a data de incorporação está se referindo à data da nota fiscal do bem da época contratual em que foram adquiridos pelo fornecedor contratado.</p> <p>A Diretoria de Patrimônio e Layout está aplicando as plaquetas nos 8.520 aparelhos telefônicos (processo interrompido devido ao processo legal de inventário 2023) e, quando finalizada a colagem de plaquetas, os bens serão transferidos para as unidades correspondentes à sua localização. Novos bens incorporados à carga patrimonial são cadastrados na unidade de almoxarifado para posterior transferência às devidas unidades, pelas quais o sistema SIAD realiza depreciação automática desses bens.</p> <p>Sendo assim, no caso, os bens não estavam estocados, estão sendo utilizados desde 2010 por meio de contrato de prestação de serviço, mas só foi possível viabilizar a incorporação ao patrimônio público em 2023.</p> <p>Recomendação implementada</p>

APÊNDICE D.2 – RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
Embora a quebra de ordem cronológica tenha sido justificada em questionamento à Controladoria Setorial, reitera-se a importância de serem observados, mediante instituição de fluxo formalizado, os preceitos do Parecer AGE nº 16.279/2020, do qual já foi objeto de análise da Assessoria Jurídica da Seplag, e de documento elaborado por esta CSet – Nota Técnica nº 1.070.233 e Nota de Auditoria de Avaliação nº 1.370.698. Além disso, quando presentes relevantes razões de interesse público para a quebra da ordem cronológica, em caráter excepcional, é mandatória a inclusão de prévia justificativa pela autoridade competente, a qual deve ser devidamente publicada. Sublinha-se também que, em momento posterior à implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021 – deve ser realizada a comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, dentre o rol de situações definidas no referido normativo (art. 141).	A observância dos preceitos do Parecer AGE nº 16.279/2020, do qual já foi objeto de análise da Assessoria Jurídica da Seplag, e de documento elaborado por esta CSet – Nota Técnica nº 1.070.233 e Nota de Auditoria de Avaliação nº 1.370.698.	Formalização, mediante instituição de fluxo formalizado no processo de execução de despesa e registro da ordenação cronológica de pagamento e inclusão de prévia justificativa pela autoridade competente, a qual deve ser devidamente publicada.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Não foi detectada no exercício de 2022 a necessidade da quebra da ordem cronológica de pagamentos por relevantes razões de interesse público, por essa razão não foram apresentadas justificativas prévias pela autoridade competente nem, consequentemente, publicada qualquer necessidade de quebra. Como forma de manter a ordem cronológica dos pagamentos e mitigar os atrasos, a DCF vem solicitando aos setores demandantes que enviem os documentos necessários até 5 dias úteis antes da data de vencimento contratualmente prevista, de maneira que seja possível executar os trâmites financeiros dentro do prazo acordado, sem que o fluxo interno seja prejudicado. Recomendação Implementada Parcialmente: Justificada
Realizar e consolidar as adequações tomadas em observância ao Relatório de Conformidade Contábil, processo SEI nº	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag, referente ao	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023):

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
1500.01.0054240/2022-69 e SEI nº 1190.01.0000981/2022-19, que foram incluídas dentro das Notas Explicativas do RCC em “Medidas adotadas para regularização”.	Relatório de Conformidade Contábil do exercício de 2021 e 2022.	Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.			Os saldos das contas contábeis e as pendências registradas relativas aos Relatórios de Conformidade Contábil (RCC) dos exercícios de 2021 e 2022, foi encaminhado o Relatório referente ao período de Setembro/2023 (75790820), mais atual, contendo as medidas a serem adotadas para regularização daquelas inconformidades que ainda não foram sanadas, ou que surgiram neste exercício. <u>Recomendação Implementada Parcialmente</u>
Realizar e consolidar as adequações tomadas em observância ao Relatório da Comissão de Inventário da Dívida Flutuante, processo SEI nº 1500.01.0193743/2021-98 e 1500.01.0277387/2022-61, registradas em “Providências para regularização” no respectivo Relatório (58825725).	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag, referente ao Relatório Conclusivo da Comissão da Dívida Flutuante do exercício de 2021 e 2022.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): O Memorando SEPLAG/DCF. nº 393/2022 apontou as providências tomadas para regularização. Conforme indicado, realizou-se a anulação dos saldos de empenhos correntes e de Restos a Pagar que foram certificados como insubsistentes. Em relação aos saldos remanescentes, por se tratarem de saldos gerados por reflexos de apropriação de folha de pessoal no Sistema de Administração de Pessoal, solicitou-se a apuração pela Diretoria de Recursos

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
		Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.			Humanos, que após análise, reconheceu a insubsistência dos saldos e autorizou a realização da baixa contábil, conforme elucidado no processo sei: 1500.01.0063068/2023-39. Recomendação Implementada
Acompanhar a orientação da Superintendência Central de Administração Financeira da Secretaria de Estado de Fazenda (SCAF/SEF), sobre o adequado ajuste da conta contábil 1.1.1.1.1.02, no total de R\$ 1.600,06, referentes ao recurso devolvido ao Ministério da Cidadania pela Plataforma +Brasil – convênio CAISANS, nº 319784/2014, pelo qual apresentou inconsistências em decorrência de bloqueio judicial, conforme já elencado dentre os apontamentos do Relatório de Conformidade Contábil.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Sobre as inconsistências na conta contábil 1.1.1.1.1.02, no total de R\$ 1.600,06, referentes ao recurso devolvido ao Ministério da Cidadania pela Plataforma +Brasil – convênio CAISANS, nº 319784/2014, tem-se que o mesmo segue em situação de bloqueio judicial. Recomendação Implementada Parcialmente

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
		contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.			
Identificar quais devem ser as providências quanto ao valor remanescente na conta contábil 1.1.1.1.2.01.02, no total de R\$ 1.807.895,79, disponível na Conta de Movimentação Interna CMI, a qual se encontra bloqueada para movimentação até que seja indicado o destino das parcelas.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag, referente ao Relatório de Conformidade Contábil do exercício de 2021 e 2022.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Foi recebida a orientação da SCAF/SEF para solicitar o desbloqueio quando estiver definido pela CECAD o valor e órgãos a serem restituídos, que está sob diligência no Processo 1500.01.0085358/2022-97, conforme informado no relatório de Conformidade Contábil (Sei nº 75960086). <u>Recomendação Implementada Parcialmente</u>

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
Providenciar a conciliação bancária e consulta à SCAF/SEF para orientação de procedimentos de ajuste contábil.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): A DCF está aguardando reunião a ser agendada pela Secretaria de Estado de Fazenda, para receber as devidas orientações. <u>Recomendação Implementada Parcialmente</u>
Implementar as ações previstas no plano de ação para instituição de política de responsabilização por ônus financeiros adicionais (multas contratuais, juros de mora etc.), e tratativa do ponto pendente de definição do plano de ação, qual seja: definição de parâmetros para apreciação	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag, bem como o pagamento de multas/juros em 2022 no valor de R\$24.345,88	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Em relação aos pagamentos que incidiram encargos financeiros decorrentes de multas, juros de mora, dentre outros ônus, foi encaminhada planilha atualizada, referente aos valores de 2023, até o presente mês. Conforme é possível observar, o aumento nos valores é

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
pelas instâncias superiores da Seplag. Além disso, sugere-se que a gestão determine a verificação das razões pelas quais foram gerados esses ônus, bem como, instituir fluxo, para verificação dos controles internos do setor, a fim de mitigar possíveis causas desses riscos. Por fim, em complementação à iniciativa mencionada pela DCF/SPGF, sugere-se, como medida preventiva, a implementação de mecanismos de conscientização sobre a responsabilidade pela ocorrência de juros e multa.		físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.			fruto de mudanças recentes nas formas de registro e pagamento de retenções federais (principalmente recolhimento de INSS), que impactaram no fluxo das atividades executadas pela DCF e, consequentemente, reduziu o prazo para análise e assinatura dos ordenadores de despesas Recomendação Implementada Parcialmente
Realizar as anulações dos saldos de empenho referentes ao passivo circulante e ao passivo exigível a longo prazo da unidade orçamentária 1501, nos termos do Relatório da Comissão de Inventário da Dívida Flutuante, processo SEI nº 1500.01.0193743/2021-98 e 1500.01.0277387/2022-61.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Anulação dos saldos de empenhos correntes e de Restos a Pagar que foram certificados como insubsistentes. Em relação aos saldos remanescentes, por se tratarem de saldos gerados por reflexos de apropriação de folha de pessoal no Sistema de Administração de Pessoal (SISAP), solicitou-se a apuração da Diretoria de Recursos Humanos, que após análise, reconheceu a insubsistência dos saldos e autorizou a dar baixa contábil, conforme elucidado no processo sei: 1500.01.0063068/2023-39. Recomendação Implementada

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
		potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.			
Acompanhar o resultado das diligências realizadas para obter a “declaração de cumprimento integral do contrato e autorização pelo ordenador para restituição ao fornecedor do valor depositado”, e posterior baixa dos saldos insubsistentes referentes aos contratos cuja vigência consta como encerradas, referentes à conta contábil 2.1.8.8.1.04 - Cauções e Garantias Diversas – Execução Contratual, no valor de R\$131.354,67, como anteriormente tratado no Relatório de Conformidade Contábil.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag, bem como a manutenção de saldo na conta contábil 2.1.8.8.1.04.00.00 – Cauções e Garantias Diversas – Execução Contratual, no valor de R\$131.354,67, em razão da ausência de baixa no Portal de Compras do saldo de contratos cujos prazos de vigência encontram-se encerrados.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Há cauções de contratos já encerrados em relação às quais aguarda-se pronunciamento e autorização do gestor, conforme informação contida no Relatório de Conformidade Contábil (Sei nº 75960086). <u>Recomendação Implementada Parcialmente</u>

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
		elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.			
Cancelar os Restos a Pagar Não processados (RPNP) – que não foram avaliados em decorrência do prazo do fechamento do RAG –, e, sobre a manutenção dos saldos RPNP cujas despesas são de caráter constitucional, deverá haver a comprovação de que tenham sido referendadas pelo Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin), nos termos do Decreto de Encerramento do exercício de 2022.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão financeira da Seplag, bem como o Restos a Pagar não processados a liquidar e pendências não tratadas e/ou canceladas.	Análise da Gestão Financeira utilizando o Balancete de Encerramento, o Relatório de Conformidade Contábil e Notas Explicativas, os relatórios das comissões designadas para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados; e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, bem como, demais documentos comprobatórios da regularidade contábil, inseridos ao Processo SEI 1520.01.0010959/2022-70. Além disso, o tópico atendeu às orientações do Roteiro de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG, atualizado no dia 02 de março de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Em relação aos saldos de Restos a Pagar Não Processados, foi encaminhada planilha contendo a relação dos valores que seguem em aberto, juntamente com as certificações apresentadas pelas áreas gestoras para manutenção dos mesmos. A DCF realizou no primeiro semestre duas rodadas de circularização de cobranças às áreas para certificação dos saldos, considerando os prazos previstos no Decreto de Encerramento de Exercício de 2022, e que todas as ações pertinentes para cancelamento dos valores insubsistentes foram realizadas. <u>Recomendação Implementada Parcialmente</u>
Consolidar as adequações tomadas em observância ao Relatório da Comissão de bens móveis da CECAD, processo SEI nº 1500.01.0255052/2022-57(58768427).	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão patrimonial da Seplag, bem como as pendências apontadas nos Relatórios	Análise da gestão patrimonial da Unidade Orçamentária 1501, bem como os Relatórios Conclusivos	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Os bens são movimentados por servidores e, havendo qualquer divergência entre as informações identificadas

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
	das Comissões de Inventário de bens móveis, ainda não tratadas.	das Comissões Inventariantes, emitidos em janeiro de 2023.			pelo processo de inventário e no levantamento feito pelo órgão, é realizada verificação in loco em conjunto entre Patrimônio/CECAD e representante do órgão, até que ambos estejam em comum acordo. Foi realizada uma revisão do texto da resolução da guarda compartilhada e a minuta foi enviada à assessoria jurídica para avaliação. Esta revisão fez-se necessária considerando que a resolução vigente foi publicada há nove anos e, durante os processos de formalização das listagens de bens em guarda compartilhada com os mais de 40 órgãos e entidades, foram identificados alguns gargalos que poderão ser minimizados a partir da publicação da nova Resolução, com novas regulamentações. Recomendação Implementada Parcialmente
Realizar a designação da comissão e formalização do inventário de imóveis anual, nos termos do Decreto de Encerramento vigente;	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão patrimonial da Seplag, bem como a inobservância da designação formal de comissão de inventário de bens imóveis e a ausência da conciliação contábil, no inventário dos bens imóveis próprios da Secretaria.	Análise da gestão patrimonial da Unidade Orçamentária 1501, bem como os Relatórios Conclusivos das Comissões Inventariantes, emitidos em janeiro de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Conforme indicado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 1.440.904 - UO 1501/2022 (65016472), a comissão de inventário de bens imóveis não foi instituída em 2022, todavia, a extinta Diretoria de Logística e Aquisições (DLA) realizou o repasse das informações pertinentes à unidade central conforme documento SEI nº 58011753, processo 1500.01.0269345/2022-12, bem como no processo SEI nº 1500.01.0054097/2022-50, ambos com o objetivo de indicar as ações iniciais adotadas para a efetivação do encerramento financeiro de exercício. Com a reforma administrativa do estado, Lei 24.313 de 28 de abril de 2023, foi expedido o Decreto Estadual nº 48.636/23, no qual estabeleceu nova estrutura organizacional à SEPLAG, com a criação da Superintendência de Logística e Diretoria

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>de Rede Física e Patrimônio, trazendo maior especialização para a adoção de ações voltadas para gestão patrimonial (móvel e imóvel), visando garantir maior eficiência e eficácia aos trabalhos desenvolvidos para monitoramento e controle, sendo certo que o planejamento do inventário anual de bens patrimoniais é assunto pautado como prioritário, tendo como uma das atividades previstas a instituição de comissão específica para realizar o levantamento de informações sobre os bens imóveis, para a adequada efetivação do encerramento do exercício 2023. Como mencionado acima, o Relatório de Auditoria de Gestão nº 1.440.904 - UO 1501/2022 (65016472), informou a justificativa quanto a ausência de conciliação contábil, qual seja, os bens imóveis próprios utilizados pela Seplag não se encontram inscritos em conta de ativos na unidade contábil 1501, assim como ocorre com os bens imóveis próprios dos demais órgãos da Administração Direta. Assim, o levantamento dos bens e a conciliação não ocorre a partir do SIAFI ou do saldo de conta contábil, mas tão somente da vinculação em unidade administrativa do SIAD, já que a composição de controle se dá na unidade contábil encargos gerais 1941, de gestão pela unidade central. Ademais, reiterou-se que já consta como prioridade da superintendência a instituição de comissão específica para inventariar os bens imóveis, vinculados à SEPLAG, de modo a garantir a regularidade das ações de encerramento financeiro do exercício de 2023.</p> <p>Recomendação Implementada Parcialmente</p>

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
Definir os prazos e responsáveis do plano de ação elaborado pela CECAD, dentro da capacidade operacional e das prioridades avaliadas internamente, o qual está anexo aos autos do processo SEI 1520.01.0001183/2023-82 e nesta Nota de Auditoria – Anexo I, em continuidade às ações que já vem sendo empreendidas pela área.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão patrimonial da Seplag, bem como as pendências relacionadas ao desfazimento e baixa no SIAD para os bens que por ventura se classifiquem como “sucata” e as pendências referentes à atualização dos saldos dos bens compartilhados;	Análise da gestão patrimonial da Unidade Orçamentária 1501, bem como os Relatórios Conclusivos das Comissões Inventariantes, emitidos em janeiro de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Considerando as ações prioritárias elencadas para a área de patrimônio e layout e os grandes processos em andamento, três novos membros foram integrados à equipe em 2023, sendo atualmente composta por 01 arquiteta (recrutamento amplo), 06 prestadores de serviço MGS, 01 efetivo, 01 recrutamento amplo e 08 artífices, além do gestor. Além das atividades corriqueiras da gestão patrimonial da Intendência (empréstimos e recebimento de devoluções de bens, gestão de estoque, controle de localização e informações, entre outros), os principais processos executados em 2023 foram: - Guarda Compartilhada; - Incorporação de bens adquiridos; - Incorporação de telefones - processo 1500.01.0049732/2023-47; - Desfazimento de bens inservíveis (baixa de bens e transferência para outros órgãos com demanda); - Reestruturações de layout do espaço de trabalho dos órgãos alocados na Cidade Administrativa. Recomendação Implementada Parcialmente
Adotar as nomenclaturas próprias, para fiel cumprimento do art. 55 elencado no Decreto nº 45.242/2009 pela CECAD – classificação dos bem mediante reavaliação enquanto: novo, bom, regular, péssimo, sucata.	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão patrimonial da Seplag, bem como a inconsistências, no tocante às diferenças encontradas nas legendas: Bens com plaqueta danificada - Bens com patrimônio repetido - Bens sem plaqueta;	Análise da gestão patrimonial da Unidade Orçamentária 1501, bem como os Relatórios Conclusivos das Comissões Inventariantes, emitidos em janeiro de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): A nomenclatura “conservação ruim” foi utilizada de forma a facilitar a identificação de um grupo de bens os quais tem o status de conservação que não seja “novo” ou “bom” e que, consequentemente, deveriam ser tomadas medidas específicas de gestão. Está sendo adotada nova

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					<p>nomenclatura "Bens com conservação regular, péssima ou sucata", conforme recomendação.</p> <p>Recomendação Implementada Parcialmente</p>
Formalização do Termo de Responsabilidade para Empréstimos de Notebook, dos bens que se encontram em posse dos Servidores em Regime de Teletrabalho;	Alcance da plena eficácia e eficiência da gestão patrimonial da Seplag, bem como a necessidade de formalização do Termo de Responsabilidade para Empréstimos de Notebook, dos bens que se encontram em posse dos Servidores em Regime de Teletrabalho;	Análise da gestão patrimonial da Unidade Orçamentária 1501, bem como os Relatórios Conclusivos das Comissões Inventariantes, emitidos em janeiro de 2023.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	<p>1º acompanhamento (30/10/2023):</p> <p>No que tange a Diretoria de Rede Física e Patrimônio, parte da extinta Diretoria de Logística e Aquisições, a formalização de Termo de Responsabilidade para Empréstimo de Notebook, bem como para quaisquer bens permanentes de propriedade da SEPLAG, é procedimento padrão adotado pelos colaboradores envolvidos nesta atividade, tendo todos os controles registrados via processos instruídos no SEI. Sobre os computadores emprestados para teletrabalho, em 19 de abril de 2022 foi encaminhado Ofício Circular aos órgãos alocados na Cidade Administrativa por meio do processo SEI 1500.01.0063239/2022-81 solicitando retorno, em até 03 meses, dos bens emprestados em teletrabalho. De acordo com o controle, foi solicitado retorno às entidades que não haviam se manifestado e todos os bens que chegaram a nosso conhecimento terem sido emprestados para teletrabalho foram retornados às dependências da Cidade Administrativa. Em relação aos notebooks próprios da Intendência, para uso dos seus servidores, são assinados termos de responsabilidade conforme consta no processo SEI 1500.01.0006822/2022-52. Ademais, a Diretoria de Rede Física e Patrimônio da Superintendência de Logística da SEPLAG providencia os termos de responsabilidade dos notebooks adquiridos em 2022.</p>

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
					Recomendação Implementada Parcialmente
Providenciar a assinatura dos documentos sem assinatura digital, referentes à execução orçamentária e financeira do exercício de 2022, observados por meio da certificação no SIAFI.	Verificação e certificação da legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ano exercício de 2022, relativas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.	Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive nos procedimentos de encerramento de gestão, considerando o resultado das ações de fiscalização ou das auditorias realizadas no decorrer do exercício de 2022, indicando as falhas, irregularidades ou ilegalidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): A Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, unidade de competência dos documentos, será acionada para que indiquem o Ordenador de Despesas responsável para instrução do procedimento de convalidação de assinatura dos documentos Recomendação Implementada Parcialmente
Proceder com as ações para que seja providenciada a publicação de uma Resolução mais atualizada, relacionada à Designação formal dos Responsáveis Técnicos junto ao SIAFI por operacionalizar as despesas da Seplag na Resolução SEPLAG nº 25/201497 – atualizada pela Resolução Seplag nº 58/2016.	Verificação e certificação da legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ano exercício de 2022, relativas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.	Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive nos procedimentos de encerramento de gestão, considerando o resultado das ações de fiscalização ou das auditorias realizadas no decorrer do exercício de 2022, indicando as falhas, irregularidades ou ilegalidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	1º acompanhamento (30/10/2023): Nova resolução está sendo providenciada, conforme Processo SEI 1500.01.0373337/2023-84. Recomendação Implementada Parcialmente

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
Promover a regularização dos saldos referentes às movimentações na conta “Diversos Responsáveis”, nos termos do Relatório de Conformidade Contábil (60444194), buscando-se a conclusão do devido processo de ressarcimento, quando for o caso	Verificação e certificação da legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ano exercício de 2022, relativas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.	Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive nos procedimentos de encerramento de gestão, considerando o resultado das ações de fiscalização ou das auditorias realizadas no decorrer do exercício de 2022, indicando as falhas, irregularidades ou ilegalidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	<p>1º acompanhamento (30/10/2023):</p> <p>No caso do valor de R\$ 936.931,56 (NLC 128/2015), que refere-se a irregularidades na execução do Termo de Parceria entre SEPLAG e o Instituto para Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador, em consulta ao site do TCE em 05/12/2023 verificou-se que foi expedido acórdão da Tomada de Contas Especial nº 812002 concluindo pela irregularidade das contas, com base no artigo 48 III B, C E D e parágrafo 2º da Lei Complementar Estadual 102/2008, c/c artigo 74, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, e artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal. Sendo assim, está na fase externa e concluído pela imputação do dever de ressarcir o valor de R\$ 524.544,66, além de encaminhar para arquivamento (Anexo Relatório de Conformidade Contábil UO 1501 Mês 09 (75960086). No caso do valor de R\$ 40.397,68 (NLC 797/2018), por falta de comprovação da aplicação dos recursos repassados referente ao Termo de Parceria 34/2017 entre a SEPLAG e o IQM Instituto de Qualidade Minas, foi enviado ao Tribunal de Contas de MG por meio do OFICIO GAB/N. 217/2018 a Tomada de Contas nº 1047948, tendo sido constatada a inexistência de prejuízo ao erário e arquivamento do processo. Porém, esta diretoria não recebeu formalização para baixa nem orientação de como proceder, ao consultar a CSET.</p> <p>Recomendação Implementada Parcialmente</p>
Localizar e baixar os processos relacionados à conta contábil 8.1.2.2.1.04 - Obrigações Conveniadas a Comprovar,	Verificação e certificação da legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do ano exercício	Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária,	SEPLAG/SUBGEF	01/01/2025	<p>1º acompanhamento (30/10/2023):</p>

Plano de Ação relacionado às: Justificativas ou providências tomadas pela área gestora, referente a Nota de Auditoria nº 1.467.095 (70968891), que trata da consolidação dos apontamentos e sugestões de procedimentos registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, relacionado ao exercício de 2022, e nas Notas de Encerramento de Exercício, referente ao exercício de 2021 (1520.01.0014788/2022-89), cujo objeto tratou da regularidade das contas da Unidade Orçamentária 1501 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo o primeiro Relatório, de caráter mandatório, nos termos da Decisão Normativa TCE nº 02/2022.

Recomendação de auditoria	Objetivo Geral	Ação	Responsável pela Ação	Prazo de implementação	Status
questão já apontada no Relatório de Conformidade Contábil	de 2022, relativas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.	financeira e patrimonial, inclusive nos procedimentos de encerramento de gestão, considerando o resultado das ações de fiscalização ou das auditorias realizadas no decorrer do exercício de 2022, indicando as falhas, irregularidades ou ilegalidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.			Os saldos de exercícios anteriores, abaixo referenciados, encontram-se em análise pela Diretoria de Contabilidade e Finanças. Na U.E. 1500002, o saldo de R\$ 51.224,40 é referente ao Convênio 200603000345 com a Fundep, que tinha como objeto, dentre outras ações, a confecção do livro sobre o Choque de Gestão no período do então Governador Aécio Neves. Já na U.E. 1500026, o saldo de R\$ 15.000,00 refere-se ao Convênio 2002038800412 entre a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano e a extinta Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, cujo objeto se tratava da construção de um posto PSIU. Para baixar esses saldos, é necessário que tenha conclusão no processo de Prestação de Contas dos Convênios. Entretanto, foram realizadas inúmeras tentativas de localizar os documentos físicos dos convênios, mas sem êxito, até o presente momento. Dessa forma, serão realizadas novas tentativas de comunicação junto aos convenientes a fim de localizar os registros ou proceder com as Prestações de Contas, caso elas não tenham sido apresentadas na época. <u>Recomendação Implementada Parcialmente</u>

APÊNDICE E – PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS EMITIDOS PELA CSET/SEPLAG EM 2023

Unidade	Quantidade	Procedimentos (IP/ SAI / PDS / PAD)	Instaurado em	Situação/fase	Indicação de dano
1501 SEPLAG	4	SAI 04/2020 - Contrato Engineering do Brasil S/A	07/03/2020	Em Andamento (Diligência)	SIM
		SAI 17/2020 - Descumprimento de Carga Horária P.I.E.	12/12/2020	Em Andamento (Diligência)	SIM
		SAI 11/2022 - Pagamento de Encargos-Contrato Claro S/A*	10/03/2022	Concluído/Decidido (Arquivamento)	NÃO
		SAI 04/2023 - Realização de despesa sem cobertura contratual e pagamento de encargos (MGS)	12/04/2023	Concluído p/ comissão (Elaboração de parecer)	SIM
	1	IP 01/2022 - Valimento de cargo e nepotismo	22/07/2022	Concluído/Decidido (Julgamento e celebração de 4 TADs)	NÃO
	11	PAD 12/2018 - Assédio Moral	12/12/2018	Concluído/Decidido (Arquivamento)	NÃO
		PAD 09/2019 - Descumprimento de Carga Horária	02/11/2019	Concluído/Decidido (Recurso Administrativo)	SIM
		PAD 10/2019 - Inobservância de Normas - Contrato SIMPRESS	02/11/2019	Concluído/Decidido (Arquivamento)	NÃO
		PAD 02/2021 - Abandono de Cargo A.L.N.M.	27/02/2021	Concluído p/ comissão (Elaboração de parecer)	NÃO
		PAD 08/2021 - Avaliação de Desempenho Insatisfatória	03/06/2021	Em Andamento (Indiciamento)	NÃO
		PAD 09/2022 - Abandono de Cargo M.M.C.	10/03/2022	Em Andamento (Diligência)	SIM
		PAD 10/2022 - Abandono de Cargo C.A.T.C.	10/03/2022	Concluído p/ comissão (Julgamento)	NÃO
		PAD 12/2022 - Abandono de Cargo R.M.D.	10/03/2022	Em Andamento (Diligência)	SIM
		PAD 06/2023 - Abandono de Cargo T.A.S.N.	20/06/2023	Em Andamento (Diligência)	NÃO
		PAD 11/2023 - Abandono de Cargo A.M.R.C.	07/11/2023	Em Andamento (Citação)	NÃO
		PAD 12/2023 - Abandono de Cargo R.A.T.P.	07/11/2023	Em Andamento (Citação)	NÃO
	1	PDS 05/2020 - Descumprimento de Carga Horária N.M.L.M.	16/07/2020	Concluído/Decidido (Arquivamento)	NÃO
1502 CAMG	1	SAI 16/2021 - Descumprimento Decisão Judicial - Acessibilidade CA	31/08/2021	Concluído p/ comissão (Elaboração de parecer)	SIM
	1	PAD 01/2021 - Irregularidade Contrato JAM Soluções Predial	13/01/2021	Concluído p/ comissão (Elaboração de parecer)	SIM
TOTAL	19				

APÊNDICE F – ANÁLISE PRELIMINAR EM PROCEDIMENTO DE CORREIÇÃO PELA CSET/SEPLAG EM 2023

UNIDADE	PRODUTOS	SUGESTÃO OU RECOMENDAÇÃO	ACATADA P/ AUTORIDADE	INDICAÇÃO DE DANO	PROVIDÊNCIAS QUANTO AO DANO AO ERÁRIO
1501 SEPLAG	Nota Técnica nº 1/2023 - Abandono de cargo T.A.S.N.	Instauração de PAD	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 4/2023 - SISPATRI 2022	Arquivamento	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 5/2023 - Contratação temporária irregular (S.S.L.S.)	Arquivamento	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 7/2023 - Histórico escolar falso	Arquivamento	SIM	SIM	Providências solicitadas à DRH
	Nota Técnica nº 11/2023 - Não exoneração de servidores com irregularidades na AED	Arquivamento	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 13/2023 - Locação de imóvel sem cobertura contratual (UAI Lavras)	Arquivamento	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 14/2023 - Abandono de cargo A.M.R.C.	Instauração de PAD	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 15/2023 - Abandono de cargo R.A.T.P.	Instauração de PAD	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 16/2023 - Má conservação de imóvel em Itabira	Arquivamento	SIM	SIM	Providências solicitadas à SCI
	Nota Técnica nº 17/2023 - Atraso na aquisição de medicamento para atendimento à ordem judicial	Arquivamento	SIM	NÃO	N/A
	Nota Técnica nº 18/2023 - Certidão de tempo possivelmente falsa	Solicitação de saneamento do expediente	SIM	SIM	Providências solicitadas à DRH
	Nota Técnica nº 19/2023 - Despesas com locação de imóvel sem cobertura contratual (UAI Teófilo Otoni)	Arquivamento	SIM	NÃO	N/A
	Despacho nº 4/2023 - Acúmulo ilícito de cargos	Providências solicitadas à DCGDS	N/A	NÃO	N/A
TOTAL	13	13	12	3	-

APÊNDICE G – RESULTADO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS PRODUZIDOS PELA CORREGEDORIA GERAL - CGE

Tabela 04 - Procedimentos em trâmite/tramitados em 2023 na Corregedoria-Geral/CGE – UO 1501

Órgão	Vinculada	Instaurador	Proc.	Grupo de ilícitos	Descrição	Nº	Ano	Instaurado / avocado	Fase	Decisão	Motivação
SEPLAG	IPEM	CGE	PAD	Irregularidade em Licitação/Convênio e Contrato	Contratação indevida (empresa TAR TECHCERT SOLUÇÕES EM MEIO DIGITAL LTDA), valores acima do mercado, uso do cargo em benefício de empresa, uso indevido de recursos, desvio de finalidade da COPAD/IPEM, exposição a risco de contágio, possível crime e prejuízo aos cofres públicos (R\$376.156,09).	4	2023	12/07/2023	INSTRUÇÃO		
SEPLAG	IPEM	CGE	PAD	Irregularidade no Controle de Ponto	Proceder registros não fidedignos nos espelhos de ponto e realizar compensação indevida de jornada de trabalho, nos meses de agosto/2019 a novembro/2019 e de fevereiro/2020 a março/2020, por meio da utilização de horas tidas como extras, mas que foram obtidas durante os deslocamentos realizados entre a unidade regional do IPEM-MG	6	2023	12/08/2023	INSTRUÇÃO		





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
GABINETE

Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

Despacho SEPLAG/GAB SECRETÁRIO à SUBGEF

Destinatários: Rodrigo Guerra Furtado

DESPACHO

Prezado Rodrigo,

Conforme conversamos, encaminho processo para conhecimento e providências decorrentes.

Atenciosamente,

Flávia Carvalho Caldas
Apoio do Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Carvalho Caldas, Servidor(a) Público(a)**, em 21/03/2024, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84549760** e o código CRC **0A9AD1DB**.

Referência: Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

SEI nº 84549760



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Subsecretaria de Gestão e Finanças

Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

Procedência: Despacho nº 44/2024/SEPLAG/SUBGEF

Destinatário: Raphael Sant'Ana Neves Andrade Brito
Superintendente de Planejamento e Finanças

Assunto: Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais nº 1.592.727 - UO 1501 - Exercício de 2023

DESPACHO

Prezado Superintendente,

Encaminho Memorando 7 (84471616) para conhecimento e providências, caso necessárias.

Atenciosamente,

Maria Isabel Araújo Rodrigues
Assessora
Subsecretaria de Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Araújo Rodrigues, Assessor(a)**, em 21/03/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84634757** e o código CRC **A81B0544**.

Referência: Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

SEI nº 84634757



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Superintendência de Planejamento e Finanças

Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

Belo Horizonte, 22 de março de 2024.

Procedência: Despacho nº 14/2024/SEPLAG/SPF

Destinatário(s):

Vitor Gabriel Braga Ribeiro
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Assunto: Encaminhamento do memorando 7 e do Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento

DESPACHO

Prezado Diretor,

Encaminho Memorando 7 (84471616) e Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento (84475815) para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Raphael Sant'Ana Neves Andrade Brito

Superintendente de Planejamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Sant Ana Neves Andrade Brito**, Superintendente., em 22/03/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84705467** e o código CRC **FD95A0C7**.

Referência: Processo nº 1520.01.0003192/2024-59

SEI nº 84705467

Data de Envio:

22/03/2024 14:09:28

De:

SEPLAG/SUBGEF <subgef@planejamento.mg.gov.br>

Para:

mariana.custodio@planejamento.mg.gov.br

junia.lopes@planejamento.mg.gov.br

Assunto:

Relatório Auditoria

Mensagem:

Prezada Superintendente,
Encaminho para conhecimento.
Atenciosamente,
Maria Isabel Araújo Rodrigues
Assessora

Anexos:

Memorando_84471616.html

Relatorio_84475815_RelatA_rio_dos_Resultados_das_Auditorias_e_do_Monitoramento_das_Contas_Anuais_nA__1.592.727.pdf